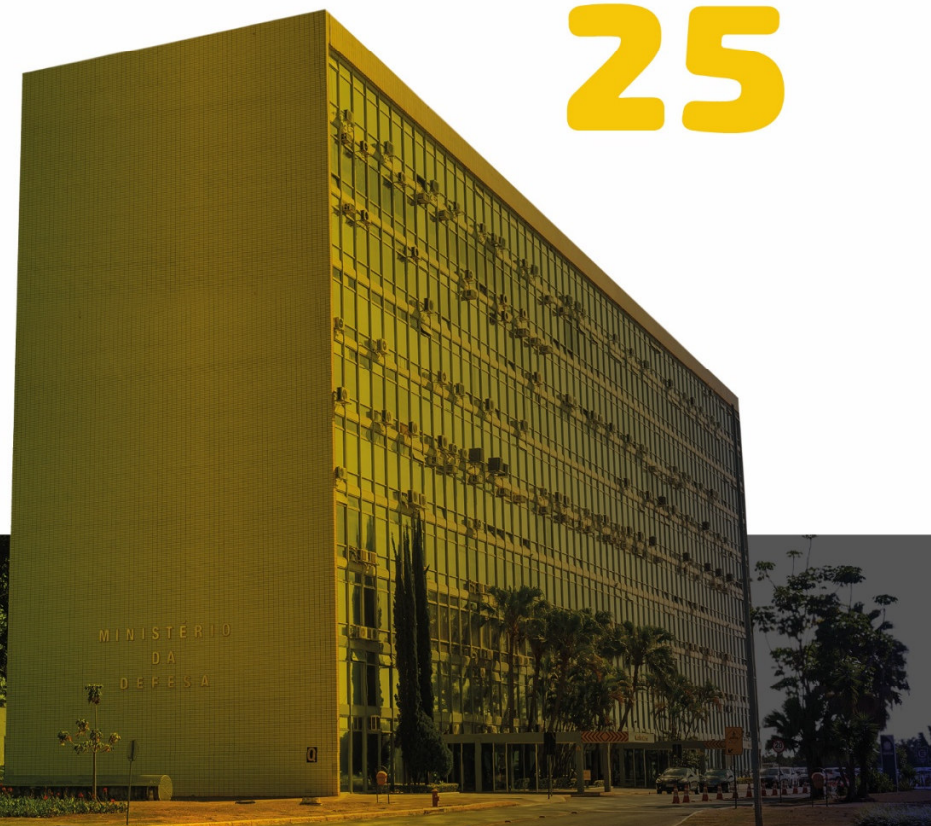


20
25

Relatório de Gestão



Ministério
da Defesa

Relatório de Gestão

Ministério da Defesa

20
25

MINISTÉRIO DA
DEFESA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Mensagem do Ministro da Defesa

O Ministério da Defesa (MD) manteve, ao longo de 2025, o compromisso com o cumprimento de sua missão de “promover o esforço integrado de defesa, para a garantia da soberania, do território e dos interesses nacionais, cooperando para as ações do Estado, o desenvolvimento do País e sua maior projeção no cenário internacional”.

O ano de 2025 transcorreu em um ambiente internacional marcado por instabilidades, conflitos regionais e aceleradas transformações tecnológicas, fatores que reforçam a necessidade de preparo contínuo das Forças Armadas. Nesse contexto, avançou-se no fortalecimento da defesa nacional, na integração e interoperabilidade entre as Forças Singulares e nas ações de contribuição ao desenvolvimento nacional, à defesa civil e à melhoria das condições de vida da população. Ao longo do exercício, foram realizadas, de forma contínua, tarefas essenciais à proteção e à segurança do território nacional e à manutenção da soberania no mar, em terra e no ar, além de missões de busca e salvamento, socorro e apoio direto à população.

No campo das políticas de pessoal, registraram-se avanços relevantes voltados ao fortalecimento das estruturas de recursos humanos do setor Defesa. Destaca-se o progresso na implementação do Serviço Militar Inicial Feminino, autorizado pelo Decreto nº 12.154, de 2024, com a adoção, pelo Ministério da Defesa e pelos Comandos Militares, das adequações normativas, administrativas e operacionais necessárias à viabilização do alistamento voluntário feminino, cuja incorporação ocorrerá nos ciclos subsequentes. Paralelamente, avançou-se na implementação da carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, cuja entrada está prevista para o segundo semestre de 2026. Essa iniciativa permitirá que o Ministério conte, pela primeira vez, com um núcleo civil próprio, voltado à profissionalização das rotinas administrativas e à consolidação de competências permanentes, fortalecendo o apoio técnico às atividades estratégicas da Pasta.

No eixo do desenvolvimento de capacidades militares e da Base Industrial de Defesa (BID), manteve-se, em 2025, o acompanhamento sistemático da carteira de 16 empreendimentos estratégicos. Apesar das restrições orçamentárias, foram registradas entregas relevantes associadas à modernização e ao fortalecimento das capacidades operacionais de Defesa. As exportações de produtos de defesa

alcançaram US\$ 3,38 bilhões, estabelecendo novo recorde histórico, superando o melhor resultado anterior da série. O setor respondeu por aproximadamente 3,49% do Produto Interno Bruto e manteve cerca de 3 milhões de empregos diretos e indiretos. Ademais, foram credenciadas 327 empresas, crescimento de 20% em relação ao exercício anterior, e o número de produtos cadastrados atingiu 2.345, representando aumento de 27,8%.



No âmbito do preparo do Poder Militar, destacaram-se os exercícios conjuntos e as atividades de mobilização nacional, com ênfase na Operação Atlas 2025, que envolveu cerca de 8.600 militares das três Forças Armadas e foi conduzida em área superior a 2.000 km², abrangendo os estados do Pará, Amapá, Roraima e Amazonas. A operação contribuiu para o fortalecimento da interoperabilidade, da capacidade logística e do comando e controle conjuntos.

Quanto ao emprego do Poder Militar, em 2025, destaca-se a realização da Operação Conjunta Ágata Amazônia, voltada ao enfrentamento de ilícitos ambientais e

transfronteiriços, que resultou na apreensão de mais de uma tonelada de substâncias entorpecentes, na neutralização de 34 estruturas associadas ao garimpo ilegal e em prejuízo estimado de R\$ 225 milhões às organizações criminosas envolvidas. No apoio à segurança de grandes eventos, sobressaíram-se as ações relativas à Cúpula do BRICS, conduzidas no âmbito da Operação Redentor, com o emprego de aproximadamente 21 mil militares das Forças Armadas em atividades de segurança, bem como à 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP30, realizada em Belém, quando 7.683 militares das Forças Armadas atuaram de forma integrada para garantir a proteção de autoridades, delegações e infraestruturas críticas.

No campo do apoio humanitário, a Defesa atuou de forma contínua em ações voltadas à proteção de populações vulneráveis e ao apoio a políticas públicas essenciais, com destaque para as operações de apoio às populações indígenas. Nesse contexto, sobressaiu-se a Operação Catrimani, conduzida na Terra Indígena Yanomami, nos estados do Amazonas e de Roraima, cujas ações se concentraram no combate ao garimpo ilegal e na desintração da área, resultando em prejuízo estimado superior a R\$ 550 milhões às atividades ilícitas, em decorrência de 42.000 abordagens realizadas em 7.500 ações. Em paralelo, o Ministério apoiou ações de atenção à saúde dos Povos Yanomami, com evacuações aeromédicas, implantação de infraestrutura de saúde e apoio à vacinação.

No campo das ações de apoio à saúde, ressaltam-se a Operação Gota e a Operação Excelsior 2025, voltadas ao atendimento de comunidades de difícil acesso, bem como a Operação TOTEQ (Transporte de Órgãos, Tecidos e Equipes), que atendeu 271 acionamentos ao longo do exercício, totalizando o transporte de 251 órgãos em apoio ao Sistema Nacional de Transplantes. Ademais, manteve-se a continuidade da Operação Acolhida, que possibilitou a interiorização de 7.845 migrantes em 2025, contribuindo para um total acumulado superior a 152 mil pessoas interiorizadas desde o início da operação.

No fortalecimento da cidadania, destacaram-se as atividades do Projeto Rondon, que atuou em 36 municípios, com a participação de 757 universitários, beneficiando 124.524 pessoas. No mesmo eixo de promoção social, o Programa Forças no Esporte (PROFESP) atendeu 11.255 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, em 50 municípios, com oferta de alimentação, atividades educacionais, esportivas e

de inclusão social. Complementarmente, o Projeto João do Pulo (PJP) beneficiou 560 pessoas com deficiência ou em condição de vulnerabilidade, por meio de atividades físicas adaptadas.

No desporto militar de alto rendimento, o MD manteve, em 2025, o Programa de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR), que apoiou 465 atletas, assegurando sua preparação e participação em competições nacionais e internacionais. No paradesporto militar, 65 atletas pertencentes ao Programa do Paradesporto Militar de Alto Rendimento (PPMAR) apresentaram desempenho expressivo, com 20 medalhas conquistadas em 21 disputadas no principal evento do período, reforçando a inclusão, a valorização do paradesporto e a projeção internacional do desporto militar brasileiro.

Por fim, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) colaborou de forma decisiva para a proteção e o desenvolvimento da Amazônia Legal e da Amazônia Azul, em especial por meio da produção de informações sobre eventos extremos — meteorologia, hidrologia e incidentes de fogo — e sobre ilícitos ambientais, como desmatamento, garimpos ilegais, pistas de pouso irregulares e movimentos aéreos desconhecidos. O Centro também forneceu geointeligência, drones, comunicações e dados de sensores a órgãos de fiscalização, de segurança pública e às Forças Armadas, além de disponibilizar terminais de comunicação por satélite em localidades isoladas.

Essas ações representam uma prestação de contas à sociedade sobre a atuação do Ministério da Defesa em 2025 e evidenciam a contribuição da Pasta e das Forças Armadas ao fortalecimento das capacidades nacionais. Persiste, entretanto, o desafio de assegurar recursos e condições estáveis e suficientes para a continuidade do aprimoramento institucional, condição essencial para a manutenção da prontidão, da soberania e da capacidade de apoiar o desenvolvimento e a defesa civil do País.

Este Relatório de Gestão está organizado em quatro capítulos. O primeiro apresenta a visão geral institucional, a estrutura organizacional e a governança. O segundo aborda o preparo e o emprego do Poder Militar. O terceiro reúne as principais entregas e resultados alcançados, incluindo ações de apoio à sociedade. Por fim, o quarto capítulo apresenta as informações relativas à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União.

SUMÁRIO

1

↗ Quem Somos

- 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS p. 5
- 1.2 VISÃO GERAL DA DEFESA p. 7
- 1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL p. 10
- 1.4 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA p. 12
- 1.5 AMBIENTE EXTERNO, DESAFIOS E OPORTUNIDADES p. 14
- 1.6 ARRANJO ESTRATÉGICO p. 19

2

↗ Capacidades Militares

- 2.1 CARTEIRA DE EMPREENDIMENTOS PRIORITÁRIOS p. 24
- 2.2 IMPACTOS NA INDÚSTRIA DE DEFESA p. 28

3

↗ Nossas Entregas

- 3.1 PREPARO DO PODER MILITAR p. 33
- 3.2 EMPREGO DO PODER MILITAR p. 36
- 3.3 APOIO HUMANITÁRIO p. 39
- 3.4 O APOIO À DEFESA CIVIL E À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL p. 43
- 3.5 FORTALECIMENTO DA CIDADANIA p. 49
- 3.6 PROGRAMA CALHA NORTE (PCN) p. 53

4

↗ Nossos Recursos

- 4.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA p. 55
- 4.2 PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS p. 64
- 4.3 PESSOAL p. 76
- 4.4. PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES p. 83



1 Quem somos



1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

O Ministério da Defesa integra a estrutura do Governo Federal e é responsável por organizar e coordenar as ações de defesa do País, assegurando a soberania nacional e contribuindo para a proteção da sociedade brasileira. Criado por meio da [Lei Complementar nº 97, de 1999](#), o Ministério planeja e conduz o preparo e o emprego das Forças Armadas — Marinha, Exército e Aeronáutica — de forma conjunta e complementar, além de articular a atuação dessas instituições com outros órgãos do Estado. Ao assumir esse papel integrador, passou a administrar temas estratégicos essenciais para o País, fortalecendo a coordenação entre as Forças Armadas e ampliando a capacidade do governo de responder a desafios nacionais e de interesse público.

ESCOPO DE ATUAÇÃO

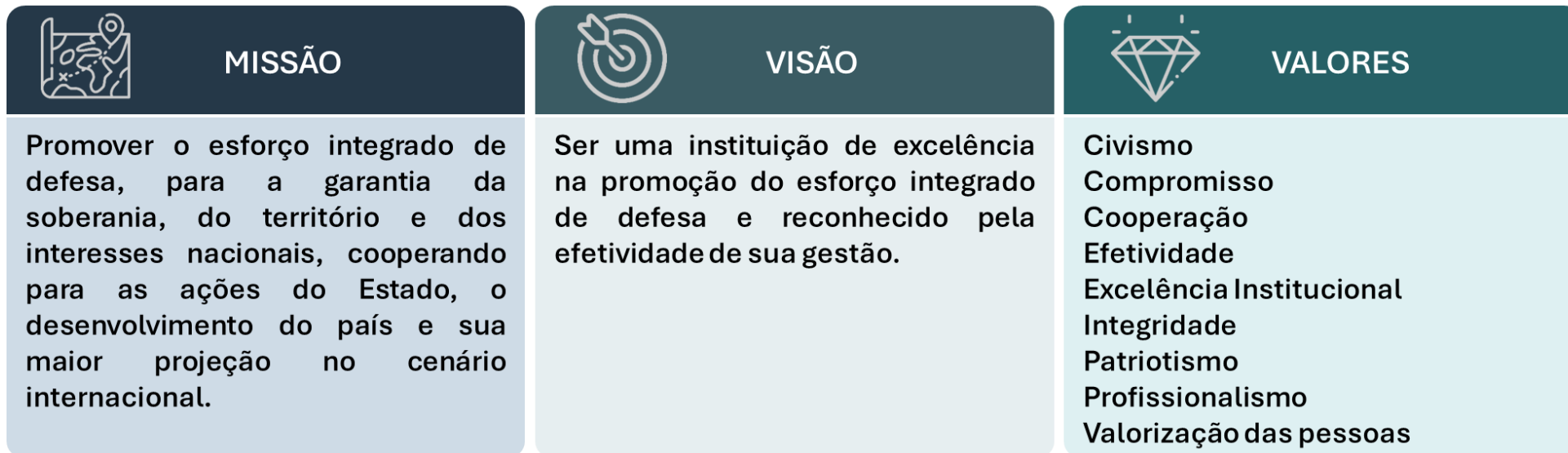
A Defesa Nacional corresponde ao conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, destinadas a proteger o território, as águas jurisdicionais, a soberania e os interesses nacionais diante de ameaças externas, potenciais ou manifestas. A segurança do País depende da atuação integrada de três dimensões essenciais: Desenvolvimento, para reduzir fragilidades estruturais; Diplomacia, para conciliar interesses e prevenir conflitos; e Defesa, para dissuadir ações hostis e, quando necessário, enfrentá-las. Nesse contexto, o Ministério da Defesa desempenha atribuições estratégicas essenciais à soberania e aos interesses do País, conforme descrito a seguir:

Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa	Políticas e estratégias setoriais de defesa e militares	Operações militares das Forças Armadas	Relacionamento internacional de defesa e políticas de mobilização nacional, de ensino de defesa e de ciência, tecnologia e inovação de defesa
Atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais	Serviço Militar Obrigatório	Gestão do orçamento de defesa	Política marítima nacional, segurança do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar
Política militar aeronáutica, política aeroespacial nacional, segurança da navegação aérea e da infraestrutura aeroespacial e aeronáutica	Investimento, financiamento, fomento e promoção da Base Industrial de Defesa e das políticas nacionais de compra, contratação, desenvolvimento, importação e exportação de produtos de defesa	Operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam)	Atuação nos três setores tecnológicos essenciais para a Defesa Nacional: nuclear, cibernético e espacial

DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Os direcionadores estratégicos do Ministério da Defesa são expressos por sua Missão, Visão e Valores, que compõem a Identidade Estratégica da instituição. Essa identidade está formalizada no Planejamento Estratégico Organizacional, aprovado pela [Resolução CG-MD nº 2, de 2023](#), conforme a figura abaixo.

IDENTIDADE ESTRATÉGICA DO MD



Fonte: PEO 2024-2027.

1.2 VISÃO GERAL DA DEFESA

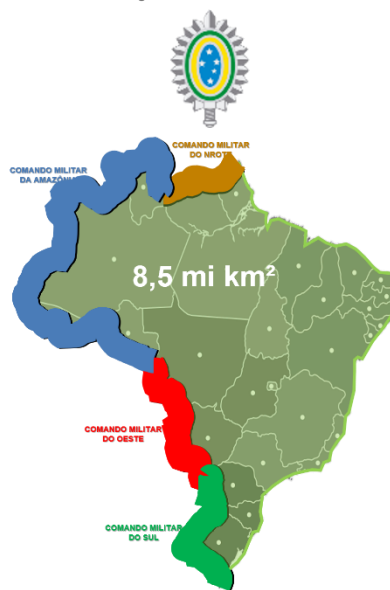
O QUE DEFENDER E CONTROLAR

O Brasil possui características geográficas e estratégicas que tornam sua defesa particularmente complexa. A dimensão continental do território, a extensa faixa litorânea, as fronteiras com diversos países, a amplitude do espaço aéreo e as vastas áreas florestais, como a Amazônia, impõem desafios significativos à vigilância e ao controle. Essa realidade, associada à diversidade de ecossistemas e à riqueza de recursos naturais, exige uma estrutura de defesa integrada, moderna e tecnologicamente avançada, capaz de assegurar a soberania e a presença efetiva do Estado em todo o espaço nacional. Essas características estão sintetizadas no infográfico abaixo.

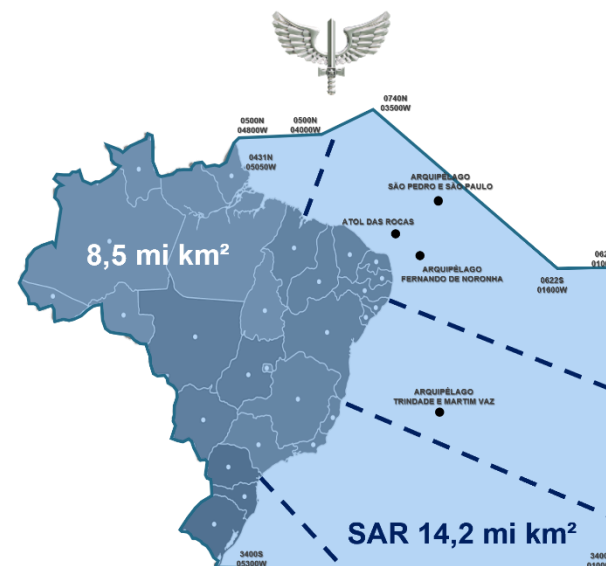
CAPACIDADE DE PROTEÇÃO MARÍTIMA, AÉREA E TERRESTRE



Amazônia Azul
5,7 milhões de km²
 (67% do território nacional)



Faixa de Fronteira
16.855 km
 (faixa de 150 km de largura)



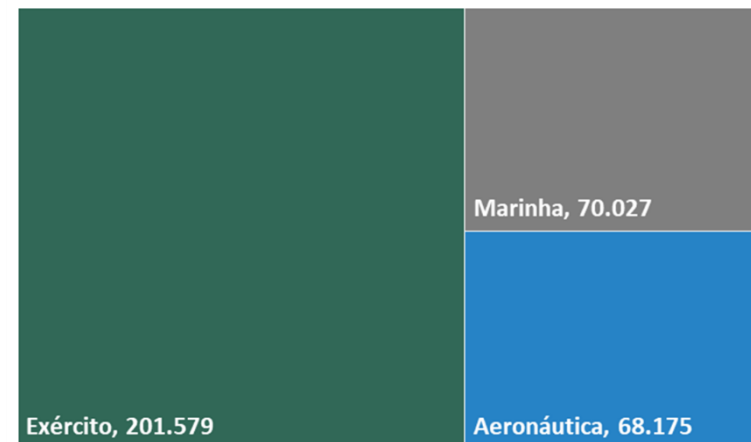
Espaço Aéreo
22 milhões de km²
 (incluindo área SAR)

Fonte: ASPLAN/MD.

QUEM ATUA PARA DEFENDER E CONTROLAR

A extensão e a complexidade das responsabilidades atribuídas às Forças Armadas exigem a manutenção de um efetivo numeroso e permanentemente disponível, capaz de atuar em diferentes regiões e cenários operacionais, cumprir missões de defesa, vigilância e apoio à sociedade e responder prontamente às demandas previstas em lei. Os militares destacados no MD estão incluídos nos quantitativos das Forças Armadas, assim como aqueles que exercem funções em outros órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e nas demais esferas de governo. A figura ao lado apresenta a distribuição do efetivo de militares ativos empregado na Defesa, em 31/12/2025.

MILITARES ATIVOS EMPREGADOS NA DEFESA (EM 31/12/2025)



Fonte: Comandos Militares.

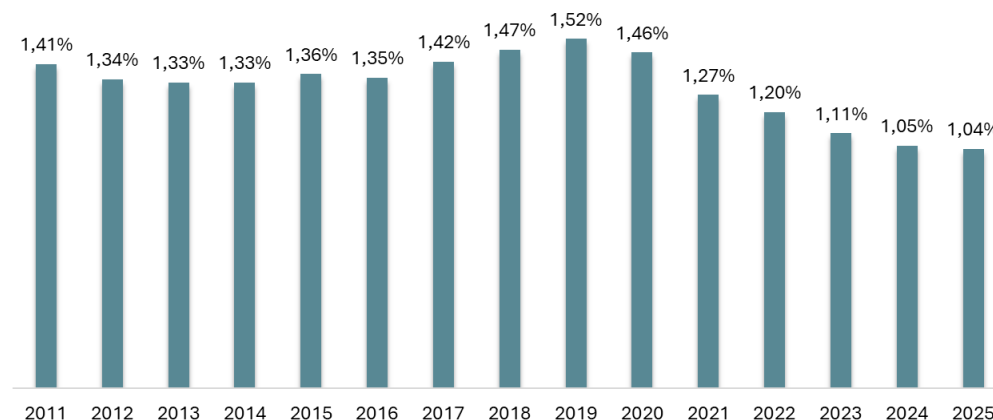
O GASTO PARA DEFENDER E CONTROLAR

A participação do orçamento de defesa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) apresenta trajetória de queda ao longo da última década, o que reflete a redução gradual da participação relativa dos recursos destinados ao setor. A figura ao lado mostra que, após oscilar em torno de 1,40% do PIB entre 2011 e 2015, o indicador registrou crescimento moderado entre 2016 e 2019, atingindo o pico de 1,52%. A partir de 2020, porém, observa-se uma queda contínua e acentuada, chegando a 1,04% em 2025, o menor patamar da série.

Essa tendência evidencia a perda de capacidade de investimento e modernização, uma vez que o orçamento da defesa cresce em ritmo inferior ao do PIB nacional. Em um contexto de ampliação das demandas estratégicas e tecnológicas e de maior complexidade do ambiente internacional, a redução proporcional dos recursos limita a expansão e a atualização dos meios, impactando diretamente o preparo e o emprego das Forças Armadas.

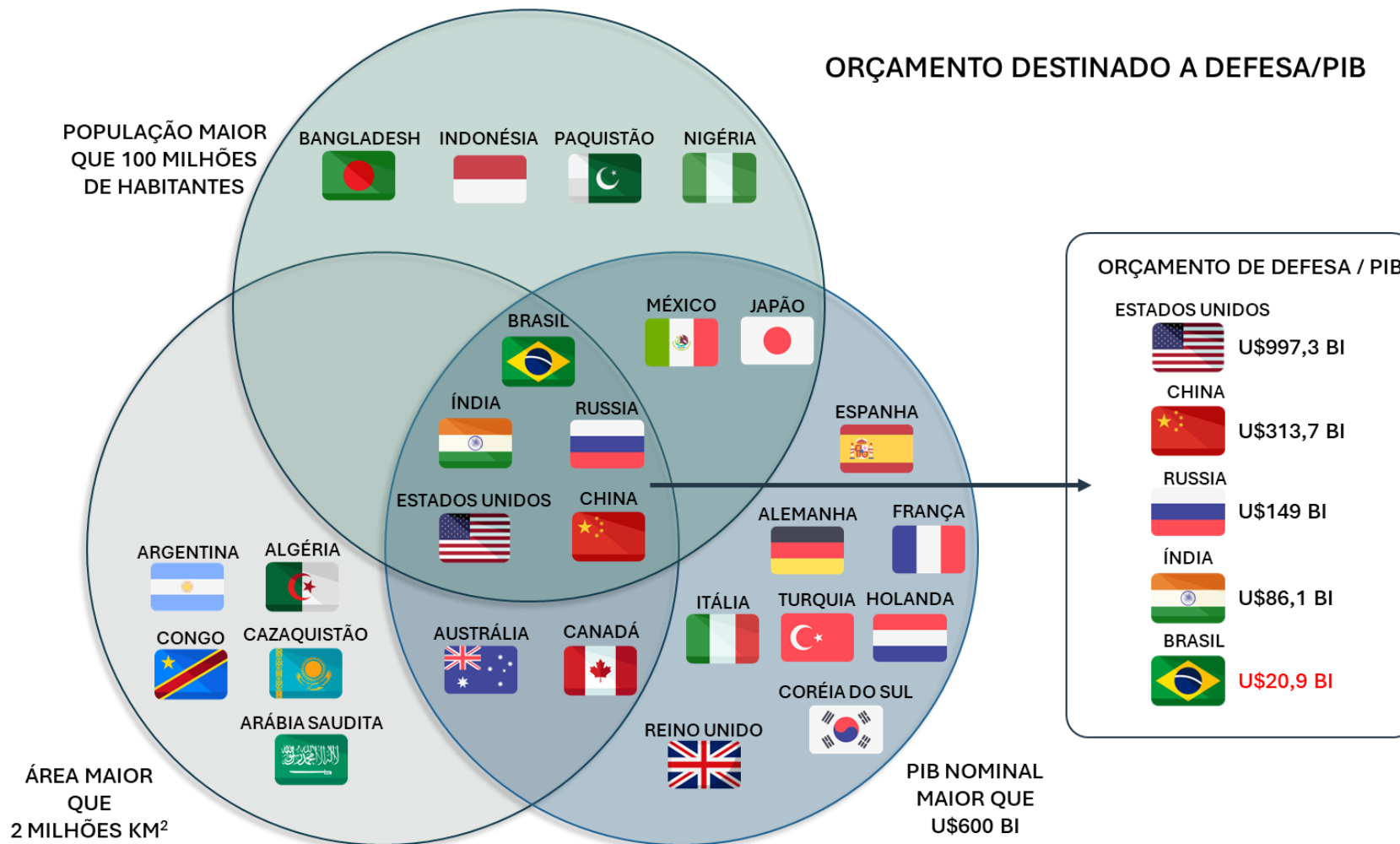
Apesar da relevância geopolítica do Brasil e da necessidade de fortalecimento das capacidades de defesa, o País vem destinando parcela cada vez menor do PIB ao setor, o que representa um desafio estrutural e reforça a importância do planejamento de longo prazo e de políticas que ampliem a previsibilidade orçamentária.

PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS DE DEFESA SOBRE PERCENTUAL DO PIB



Fonte: SIAFI e IBGE.

O Brasil se destaca no cenário internacional por sua grande extensão territorial, população expressiva e posição econômica relevante, fatores que reforçam sua importância geopolítica e a necessidade de políticas robustas de defesa. Apesar disso, conforme o infográfico a seguir, o orçamento brasileiro destinado à defesa, estimado em US\$ 20,9 bilhões (SIPRI 2024), permanece muito abaixo do patamar observado em países com características semelhantes, como Estados Unidos, China, Rússia e Índia, o que evidencia um desafio estratégico para garantir a soberania nacional.



Fonte: FMI e SIPRI.

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A ESTRUTURA DA DEFESA NACIONAL

A estrutura da Defesa Nacional organiza as responsabilidades, os instrumentos e as instituições que orientam a atuação do Estado brasileiro na proteção da soberania e dos interesses do País. Esse arranjo reúne aspectos estruturantes que definem o comando das Forças Armadas, estabelecem diretrizes estratégicas para o preparo e o emprego militar e garantem a autonomia necessária para que cada Força desempenhe suas atribuições. A seguir, apresentam-se os principais aspectos que compõem essa estrutura:

- O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no art. 142 da [Constituição Federal](#), cabendo-lhe o mais alto nível no campo da defesa.
- O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, coordenando o preparo dos meios militares e integração da Defesa às políticas do Governo Federal.
- Os Comandantes das Forças Armadas exercem, nos termos da [Lei Complementar nº 97, de 1999](#), a direção e a gestão administrativas e operacionais de suas respectivas Forças.
- A [Política Nacional de Defesa \(PND\)](#) é o documento condicionante de mais alto nível do setor e orienta o planejamento da Defesa Nacional, definindo objetivos voltados à proteção do País diante de ameaças externas e ao fortalecimento das capacidades do Estado Brasileiro.
- A [Estratégia Nacional de Defesa \(END\)](#) detalha as orientações da PND e define as diretrizes para o preparo, a capacitação e o emprego das Forças Armadas, orientando sua atuação em tempos de paz e em situações de crise.
- As Forças Armadas dispõem de estruturas próprias, efetivos militares e civis fixados em lei e autonomia para gerir, de forma individualizada, os recursos orçamentários que lhes são destinados, no âmbito do Ministério da Defesa.

MARCO LEGAL DA DEFESA (EM 31/12/2025)



Fonte: Planalto.gov e MD.

A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MD

As Forças Armadas, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e a Secretaria-Geral (SG) são órgãos de alto nível, diretamente subordinados ao Ministro. A figura ao lado exibe as diretrizes dos três segmentos que compõem a estrutura organizacional do MD.

SEGMENTOS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MD

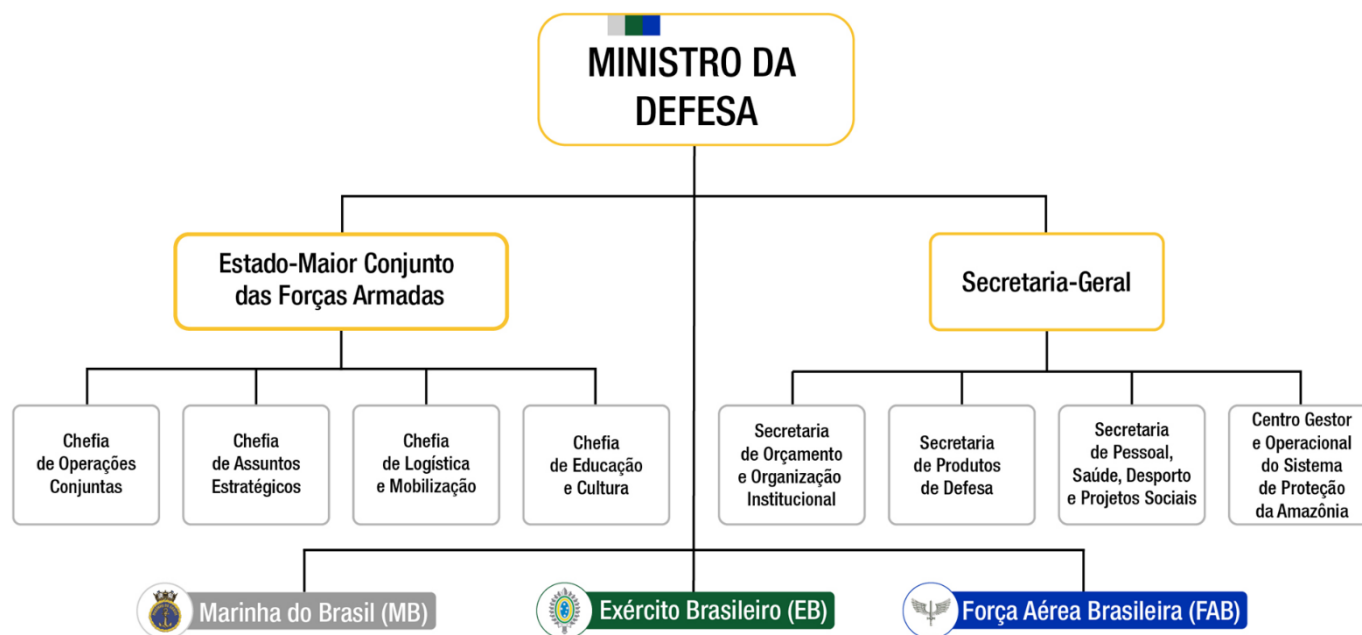
FORÇAS ARMADAS	Instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
EMCFA	Tem o papel de assessorar o Ministro de Estado da Defesa no preparo e no emprego das Forças Armadas, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e das atribuições subsidiárias previstas em lei.
SG	Órgão central de direção, coordenação e supervisão da gestão administrativa e estratégica no âmbito do MD, exceto quanto aos assuntos de competência dos Comandantes das Forças Armadas e aos assuntos militares de competência do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Fonte: Decreto nº 11.337, de 2023.

ORGANOGRAMA

O detalhamento da atual estrutura organizacional do MD, bem como as competências dos órgãos que o integram, constam do [Decreto nº 11.337, de 2023](#), atualizado pelo [Decreto nº 12.726, de 2025](#), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério.

A estrutura organizacional do MD possui características próprias. Assim, o Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no art. 142 da [Constituição Federal](#) e o Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas. A figura adiante apresenta o organograma do MD.



Fonte: Decreto nº 11.337, de 2023.

1.4 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A governança no Ministério da Defesa segue os princípios, diretrizes e orientações estabelecidos pela política de governança da Administração Pública Federal ([Decreto nº 9.203, de 2017](#)). Essa política define mecanismos de liderança, estratégia e controle voltados a fortalecer a integridade, a transparência, a orientação a resultados, a gestão de riscos e o monitoramento da gestão pública, assegurando a geração de valor para a sociedade e para o cidadão. No contexto do MD, a estrutura de governança tem o seguinte arranjo:



Fonte: SG/MD.

A **Alta Administração** é composta pelo Ministro, Chefe do EMCFA, Secretário-Geral, Chefes e Secretários.

Os **Colegiados de Governança Interna do MD**, responsáveis pela definição de estratégias institucionais e de diretrizes transversais sobre governança pública, são o [Conselho Superior de Governança](#), vocacionado para a definição de diretrizes para a política de governança pública do MD e das Forças Armadas, e o [Comitê de Governança do Ministério da Defesa](#), orientado para as diretrizes, políticas e estratégias para o aprimoramento da governança e da gestão no âmbito interno do MD.

As **Instâncias Internas de Apoio à Governança** do MD, responsáveis por implementar ações e fomentar o aprimoramento da governança interna, são compostas pelos seguintes órgãos: a Secretaria de Controle Interno, a Assessoria Especial de Planejamento, a Ouvidoria, a Comissão de Ética e a Consultoria Jurídica.

As **Instâncias Externas de Governança**, responsáveis por realizar atividades de controle, fiscalização e regulação, são: o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público.

A **Gestão Tática** é liderada pelos Diretores, Subchefes, Chefes de Assessorias Especiais e Chefes de Gabinetes e a Gestão Operacional é composta pelos demais cargos.

Um órgão com um ecossistema institucional tão complexo exige um arranjo interno capaz de estabelecer diretrizes, políticas e estratégias para aperfeiçoar a governança e a gestão. A governança interna do MD, disposta na [Portaria GM-MD nº 764, de 2026](#) (esse normativo substitui a [Portaria GM-MD nº 4059, de 2024](#)), é estruturada por meio de um [Comitê de Governança do Ministério da Defesa](#) (CG-MD) e de cinco subcomitês temáticos, responsáveis pela definição de políticas e diretrizes transversais relacionadas a:

- Contratações e logística sustentável;
- Governança digital, segurança da informação, tecnologia da informação, proteção de dados pessoais, acessibilidade digital e governança de dados;
- Política e à gestão de pessoas;
- Gestão de riscos, transparência, controles internos da gestão e integridade;
- Planejamento Estratégico Organizacional do Ministério da Defesa.

A imagem a seguir representa a estrutura de governança interna do MD



Fonte: Portaria nº 764/GM-MD, de 2026.

1.5 AMBIENTE EXTERNO, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo exerce influência significativa sobre as atividades executadas pelo Ministério da Defesa (MD), sobretudo no que se refere ao preparo das Forças Armadas, uma vez que os projetos executados para este fim são de grande vulto financeiro, complexos, de longa duração e envolvem em compras em moeda estrangeira. Ademais, as Forças Armadas atuam, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais.

DESAFIOS

<p>Dificuldade de planejar a atuação no apoio ao Estado em situações específicas</p>	<p>Acontecimentos nacionais e internacionais podem produzir impactos significativos na atuação do MD, em especial no que se refere ao cumprimento de suas atribuições subsidiárias. Para vários desses eventos, que demandam resposta pronta, imediata e eficaz, não é possível realizar planejamento prévio de forma detalhada, como ocorre no apoio à defesa civil em casos de desastres ambientais, em ações de caráter humanitário, em operações de garantia da lei e da ordem, em operações de apoio a ações emergenciais de saúde, e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais, entre outras situações.</p>
<p>Novas ameaças, com surgimento de novos campos de atuação do poder militar e demanda por novas capacidades de defesa</p>	<p>As novas ameaças aos Estados deixaram de ser claras e definidas e se tornaram difusas e multifacetadas, com natureza anônima e sem território delimitado. Muitas não são de natureza militar ou estatal e, em sua maioria, são transnacionais e infraestatais, como narcotráfico, terrorismo, migrações irregulares, riscos ecológicos, ambientais e climáticos, organizações criminosas transnacionais, crimes cibernéticos e guerras informacionais e híbridas.</p>
<p>Essas novas ameaças podem requerer atuação do poder militar e demandam novas capacidades militares de defesa</p>	<p>Nesse contexto, cabe destacar os riscos crescentes de ataques cibernéticos externos, com vistas a danificar, roubar ou destruir dados, com comprometimento de sítios eletrônicos, servidores ou infraestruturas de tecnologia e consequentes prejuízos para o funcionamento de indústrias, entes públicos, serviços financeiros e de saúde e infraestruturas críticas, entre outras possíveis consequências.</p>
<p>Deficiência operacional em sistemas e infraestruturas de defesa</p>	<p>A manutenção e a construção das capacidades de defesa de que o país necessita demandam investimentos em projetos de interesse, mediante alocação regular de recursos orçamentários em ações voltadas ao desenvolvimento, à aquisição e à manutenção de meios, tecnologias, sistemas e produtos de defesa. Investimentos em patamares inferiores ao necessário podem levar a deficiência operacional em equipamentos, sistemas e infraestruturas de defesa, com potencial comprometimento da capacidade de pronta e eficiente atuação do MD e das Forças Armadas.</p>

<p>Redução na participação em eventos de capacitação e adestramento</p>	<p>Eventual restrição orçamentária pode ocasionar redução na participação de militares em eventos de ensino ou em operações de adestramento, nacionais e internacionais, com impacto potencial na preparação das Forças para adequado cumprimento de seu papel institucional.</p>
<p>Mudanças climáticas e questões ambientais</p>	<p>As mudanças climáticas - associadas à ação humana ou a causas naturais - impõem desafios à segurança e à defesa nacional. Seus efeitos visíveis, como a maior incidência de incêndios, secas, inundações e elevação dos níveis dos oceanos, dentre outros, acarretam desgaste e prejuízos ambientais, sociais e econômicos. Ademais, questões vinculadas à temática do clima geram tensões geopolíticas, que impactam as relações entre os países.</p> <p>O Brasil possui a maior biodiversidade e reserva de água doce do planeta. Portanto, é um ator relevante na discussão de questões ambientais em nível mundial, e a proteção dos diversos biomas nacionais e suas riquezas é um desafio para o Estado brasileiro, que atua de forma multidimensional para seu enfrentamento.</p> <p>Impactos provocados por mudanças climáticas também podem acarretar graves consequências ambientais, sociais, econômicas e políticas, o que exige pronta resposta dos Estados. Além disso, desastres naturais, delitos ambientais e outras questões relacionadas ao meio ambiente podem resultar em situações que demandam atuação pronta, imediata e eficaz do MD e das Forças Armadas.</p>
<p>Região amazônica</p>	<p>A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica, as dificuldades de mobilidade na região e as extensas áreas de fronteiras, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem efetiva presença do Estado, com vistas ao seu desenvolvimento, à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País. Além disso, a Amazônia é tema de primeira ordem nas relações internacionais, na opinião pública mundial e na geopolítica entre as nações. A relevância crescente da questão ambiental faz com que a maior floresta tropical do mundo seja um ativo de imenso valor para a humanidade em termos práticos e simbólicos, com o surgimento de enormes desafios à segurança e à defesa nacionais.</p>
<p>Amazônia Azul</p>	<p>A Amazônia Azul compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. Representa uma fonte inestimável de recursos naturais, na medida em que possui elevado potencial de recursos biológicos e naturais, tais como as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil. Por ela trafega cerca de 95% de nosso comércio exterior. Assim, esse vasto território marítimo deve ser objeto de constante vigilância, monitoramento e atuação coordenada de órgãos de defesa e de segurança pública. Esse patrimônio brasileiro deve ser protegido e vigiado frente a antigas e novas ameaças, tais como pesca ilegal, narcotráfico, terrorismo, contrabando e descaminho, dentre outros.</p> <p>A segurança marítima do Atlântico Sul, em face da natural vocação marítima brasileira, pelo seu extenso litoral e pela magnitude do seu comércio marítimo, deve ser uma preocupação constante do Setor da Defesa.</p>

Ambiente internacional instável

O mundo tem se tornado cada vez mais multipolar, com aumento da imprevisibilidade nas relações internacionais e do déficit de governança global. A compreensão do tabuleiro internacional é fundamental para identificação das implicações geopolíticas e geoestratégicas para o Brasil, particularmente no que tange ao campo da defesa. A transformação da estrutura de poder mundial, caracterizada pela emergência de novos polos de poder, leva ao acirramento da competição entre as grandes potências, com inevitáveis transbordamentos para os ambientes regionais.

A atual configuração internacional, caracterizada por incertezas e assimetrias de poder, gera tensões e instabilidades, o que propicia o surgimento de ameaças híbridas aos interesses nacionais. Ao mesmo tempo, verifica-se o agravamento da competição econômica e política, bem como da disputa por territórios, com incremento das disputas interestatais.

Observa-se um aumento dos conflitos armados nos últimos anos, alguns com forte impacto nos arranjos internacionais e na economia mundial. Atualmente, embates armados estão ocorrendo em várias regiões do globo, com destaque para a Ucrânia, além de ser digno de menção o acirramento de tensões no Mar do Sul da China. No ambiente regional, vale destacar o aumento da instabilidade política, com crescente polarização, e o enfraquecimento do Mercosul.

Instabilidades políticas e sociais em países em que haja cidadãos, representações diplomáticas e empresas brasileiras podem torná-los alvos de ações hostis, o que poderá exigir atuação das Forças Armadas, a fim de assegurar os interesses do Brasil e a integridade física e psicológica de seus nacionais.

Além disso, as crescentes incertezas no cenário internacional podem acentuar problemas no acesso do País a bens e serviços importados relacionados à vitalidade do Estado, o que pode afetar a capacidade da Defesa Nacional.

Por fim, os fluxos migratórios se intensificaram no contexto da globalização inacabada, das guerras e conflitos e das crises econômicas e políticas, o que tem resultado em desafios adicionais para o Ministério da Defesa e para as Forças Armadas.

Defesa e controle de um país de dimensões continentais, que possui vastas riquezas naturais

O Brasil é um país de dimensões continentais, com um território de cerca de 8,5 milhões de km², uma área oceânica, denominada Amazônia Azul, com 5,7 milhões de km², um litoral com aproximadamente 7.500 km de extensão, quase 17.000 km de fronteira terrestre com nove países sul-americanos e com a região ultramarina da França, cerca de 3,6 milhões de km² de zona econômica exclusiva (controle, defesa, busca e salvamento), e aproximadamente 22 milhões de km² de espaço aéreo.

Para assegurar a defesa e o controle de um país de tamanha envergadura e de elevadas estaturas política e econômica, é imperioso que o aparato de defesa esteja de acordo com as mais avançadas práticas e tecnologias, o que requer investimentos regulares, públicos ou privados, em áreas estratégicas.

As fronteiras terrestres demandam atenção especial, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, essenciais à integração com nossas regiões geográficas e com nossos vizinhos. Todavia, por elas também são perpetradas atividades ilícitas transnacionais, o que demanda constante vigilância, atuação coordenada entre o setor de defesa, órgãos de segurança pública e demais agências envolvidas, além de estreita cooperação com os países limítrofes.

No Brasil, a concentração da população e das atividades econômicas em determinadas regiões, notadamente aquelas próximas ao litoral, gera vazios demográficos e baixos níveis de atividades econômicas em algumas áreas no interior do País. Isso constitui um

	<p>desafio para a integração e a coesão nacionais e, portanto, para a própria concepção de segurança, defesa, integração e desenvolvimento nacionais.</p> <p>As infraestruturas críticas, por terem papel essencial para a segurança e a soberania nacionais, devem ser objeto de ações e procedimentos que permitam garantir a continuidade da prestação de seus serviços. Esse é mais um desafio, principalmente em um país com as dimensões do Brasil.</p> <p>As crescentes demandas mundiais por alimentos, recursos naturais, fontes de água doce e energia, riquezas disponíveis no território brasileiro, são fatores que impulsionam o crescimento econômico do País e, ao mesmo tempo, são objetos de cobiça, o que acarreta preocupação constante para a Defesa Nacional.</p> <p>É fundamental adequar e modernizar meios e métodos de vigilância sobre o território nacional, incluídos a Zona Econômica Exclusiva, a plataforma continental, o espaço exterior sobrejacente e o espaço cibernético, entre outras áreas de interesse, inclusive mediante otimização do uso de dados e imagens do território para subsidiar ações de vigilância, em particular nas fronteiras. O uso de tecnologias modernas e de inteligência artificial, com ciclos tecnológicos mais rápidos, produzirá impactos significativos nas capacidades de defesa dos países.</p>
<p>Emergências em saúde pública</p>	<p>A cada vez mais frequente ocorrência de eventos de emergência em saúde pública - caracterizadas como situações que demandam emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública em situações que podem ser epidemiológicas (surtos, epidemias e pandemias) ou decorrentes de desastres ou de desassistência à população - tem demandado atuação do MD e das Forças Armadas, que devem estar preparados para atuar em tais situações.</p>
<p>Relativização da soberania dos Estados</p>	<p>Estima-se o fortalecimento da corrente intelectual que advoga que o Estado não pode ter liberdade absoluta em seu território e deve se limitar à observância das normas do direito internacional, em especial, no que diz respeito à garantia dos direitos humanos e, por comprometer o direito à vida, também na área ambiental.</p> <p>Tal postura, incentivada para atender a interesses de atores estatais e não-estatais, poderá pesar como ameaça para os Estados, principalmente para aqueles que não tenham capacidade militar para dissuadir ações agressivas, e poderá levar à limitação da ação estatal, mesmo dentro de suas fronteiras.</p>
<p>Redução da coesão nacional</p>	<p>A redução da coesão nacional é uma megatendência mundial em evolução, que pode afetar a preservação da identidade nacional e da capacidade de defesa de um país (JURKOWITZ et al., 2020). Esta realidade é marcada pela queda do sentimento de identidade compartilhada entre pessoas e grupos de uma determinada nação, o que pode levar ao enfraquecimento da identidade nacional e à diminuição da capacidade de resistir a ameaças externas e internas.</p> <p>Diversos fatores têm sido apontados como influenciadores desse processo, tais como: o empoderamento dos indivíduos frente ao Poder Nacional, que se manifesta na busca por maior autonomia; o aumento da desigualdade e da fragmentação social; a polarização social e política entre pessoas; os movimentos migratórios e a quebra de barreiras culturais.</p>

Essa situação pode levar grupos e regiões a se identificarem mais com suas próprias características e interesses, ou com as de outros países, do que com a Nação como um todo, trazendo reflexos negativos para a Defesa Nacional.

OPORTUNIDADES

Retorno do Brasil ao cenário internacional

O Brasil tem retomado o protagonismo no cenário internacional ao assumir à frente de discussões importantes e firmar parcerias estratégicas. Em 2025, o Brasil sediou dois grandes eventos, sob sua presidência: a reunião da cúpula do BRICS, em julho, na cidade do Rio de Janeiro; e a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP30), em novembro, na capital do estado do Pará.

O atual contexto da política internacional abre caminhos para realinhamento do Brasil com parceiros estratégicos. É importante priorizar o relacionamento com os países detentores de maiores capacidades científicas e tecnológicas, mediante estreitamento de relações e incremento de ações de interesse para aumento da nossa capacidade de defesa.

Capacidade logística e capilaridade das Forças Armadas

A capacidade logística e a capilaridade das organizações militares, no Brasil e no exterior, é importante fator para racionalização, redução de custos e aumento da eficiência das ações, projetos, programas e operações conjuntas realizadas pelo MD.

Incremento da interoperabilidade entre as Forças Armadas

Os cenários de emprego das forças exigem, cada vez mais, um conjunto diversificado de capacidades e o seu emprego sinérgico. Para tal, as forças conjuntas constituem-se como o melhor instrumento militar e devem possuir a capacidade de operar em sintonia, ou seja, devem ser interoperáveis.

O incremento da interoperabilidade é um desafio contínuo a ser perseguido em operações conjuntas.

Ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos

O Brasil deve aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais. Para tanto, nosso país deverá dispor de capacidade de projeção de poder, com vistas a eventuais participações em operações internacionais estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

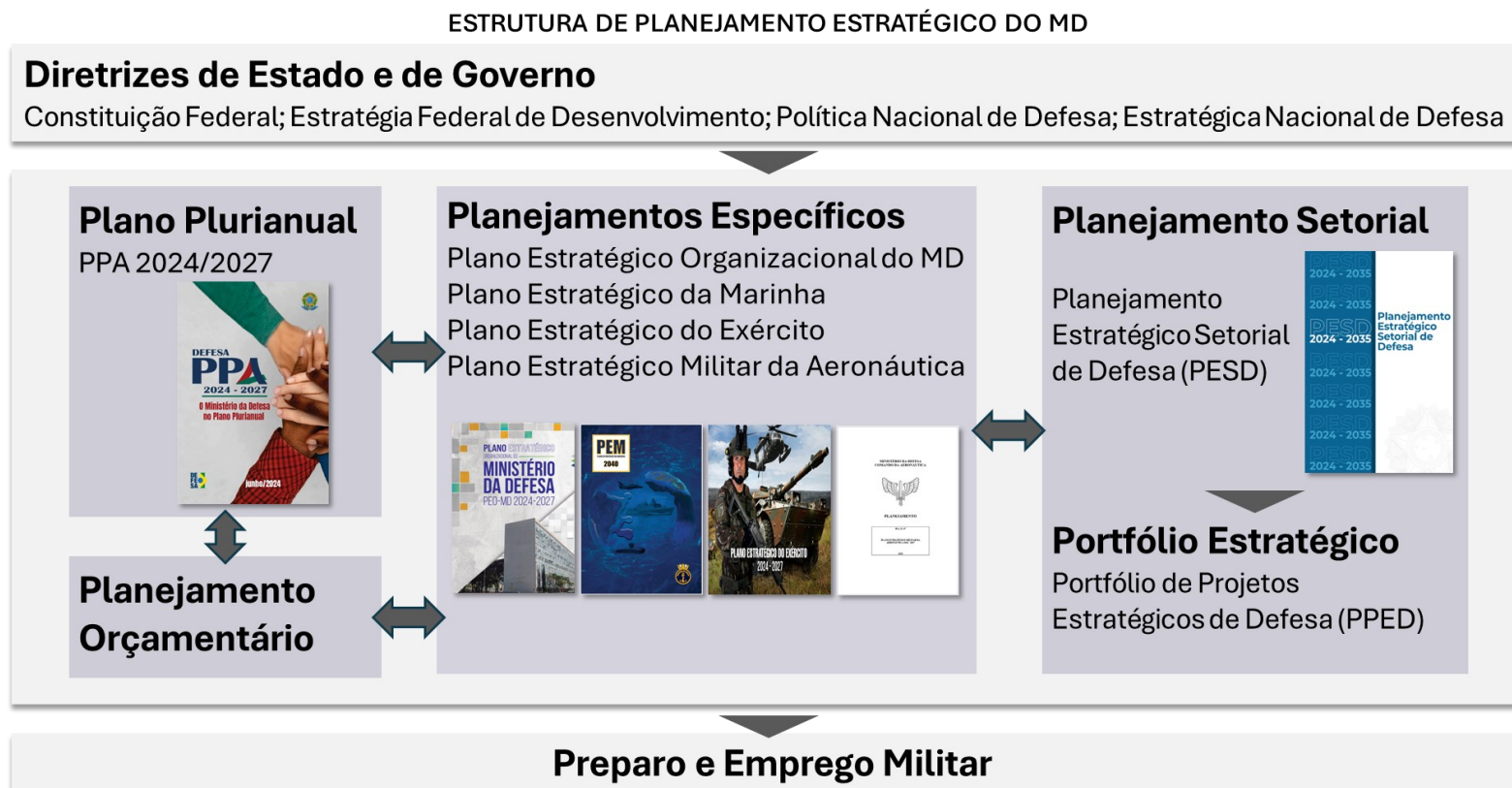
Em tais operações, as Forças Armadas devem atuar sob a orientação das Nações Unidas ou em apoio a iniciativas de órgãos multilaterais da região, uma vez que o fortalecimento do sistema de segurança coletiva é benéfico à paz mundial e à defesa nacional.

1.6 ARRANJO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico é fundamental para direcionar a atuação do Ministério da Defesa rumo aos seus objetivos de longo prazo. Seu propósito central é assegurar o preparo e o emprego das Forças Armadas, transformando diretrizes estratégicas em ações concretas voltadas à defesa e à soberania nacional. Essa integração garante alinhamento entre planejamento, execução e monitoramento, otimizando recursos e fortalecendo capacidades militares. Inserido em um ecossistema institucional complexo, composto por atores, instrumentos, práticas e ciclos interdependentes, o processo reflete a diversidade das estruturas que interagem para definir prioridades, alocar recursos e acompanhar resultados, promovendo coerência e efetividade na atuação estratégica do Ministério.

A compreensão desse ecossistema é fundamental para garantir a coerência entre os diferentes níveis de planejamento, promover o alinhamento com os instrumentos legais e estratégicos vigentes, e assegurar a efetividade das iniciativas conduzidas pelos órgãos vinculados. A comunicação entre os atores institucionais ocorre de forma coordenada: as diretrizes estratégicas definidas no nível superior são traduzidas em planos táticos e operacionais, que orientam a execução das ações pelas Forças Armadas e órgãos vinculados. Esse fluxo é sustentado por mecanismos de monitoramento e avaliação, que retroalimentam o sistema com informações para ajustes e melhoria contínua, assegurando efetividade e transparência.

A figura ao lado apresenta os principais elementos que compõem esse



Fonte: SG/MD.






ambiente, destacando suas inter-relações na execução do planejamento institucional.

Os instrumentos normativos, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), dialogam diretamente com as diretrizes estratégicas da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa. Essa conexão garante que as prioridades do setor de defesa estejam alinhadas às metas nacionais e aos recursos disponíveis, formando um eixo integrado entre planejamento governamental e planejamento setorial.

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal. Ele estabelece diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos, orientando a execução das políticas públicas e garantindo a continuidade das ações estratégicas do Estado. No contexto do Ministério da Defesa, o PPA é fundamental para assegurar que as prioridades da defesa nacional estejam alinhadas às metas governamentais e aos recursos disponíveis. Essa integração permite que as ações estratégicas do MD sejam planejadas de forma coordenada com os demais órgãos da administração pública, reforçando a racionalidade na alocação de recursos e a efetividade das políticas.

Nesse Plano, o Ministério da Defesa, conforme a figura ao lado, possui três programas finalísticos sob sua coordenação: 6112 – Defesa Nacional, voltado à manutenção da soberania e à garantia da integridade territorial; 6111 – Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional, que promove ações conjuntas com outros órgãos para apoiar políticas públicas e desenvolvimento nacional; e 6113 – Oceano, Zona Costeira e Antártida, conduzido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, com participação interministerial, visando à pesquisa e à proteção das áreas estratégicas. Além desses, o MD participa de programas interministeriais, como o 2308 – Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), sob responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e o 1158 – Enfrentamento da Emergência Climática, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

PROGRAMAS FINALÍSTICOS DO MD

	<p>6112 - DEFESA NACIONAL OBJETIVO GERAL: Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.</p>	<p>48 ENTREGAS</p>
	<p>6111 - COOPERAÇÃO DA DEFESA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL OBJETIVO GERAL: Contribuir para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e ações governamentais, por meio da atuação sinérgica do Ministério da Defesa com outras instituições públicas, cooperando para o desenvolvimento nacional</p>	<p>12 ENTREGAS</p>
	<p>6113 - OCEANO, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA OBJETIVO GERAL: Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártida</p>	<p>06 ENTREGAS</p>
	<p>1158 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA)</p>	
	<p>2308 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO)</p>	

Fonte: PPA 2024 – 2027.

O [Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa \(PPED\)](#) materializa as prioridades definidas pelo Ministério da Defesa, conectando planejamento e execução de forma integrada aos instrumentos orçamentários e às estruturas de governança, garantindo alinhamento às políticas nacionais. Trata-se de um processo dinâmico e interdependente, no qual cada elemento reforça os demais para alcançar os objetivos institucionais e contribuir para a defesa e a soberania do País. Nesse contexto, o PPED reúne as principais Iniciativas Estratégicas de Defesa (IED) – programas e projetos – considerados de alta relevância para o Setor de Defesa, com a finalidade de potencializar o alcance dos Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) definidos no Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD) 2024-2035. Estruturado em três subportfólios – Defesa Nacional, Cooperação com o Desenvolvimento Nacional e Meio Ambiente, Oceanos e Mares.

O PPED abrange iniciativas que fortalecem capacidades militares, fomentam pesquisa científica e tecnológica e promovem a interação da Defesa com setores estratégicos nacionais e internacionais. Além de apoiar a implementação da Estratégia Setorial de Defesa, gera benefícios para a sociedade, como desenvolvimento de tecnologias de uso dual, capacitação profissional e geração de emprego.

PARA CONHECER MAIS:

Acompanhe a programação completa do MD no PPA 2024-2027, o desempenho dos programas e o detalhamento do desempenho das metas dos objetivos específicos e das entregas.

**CLIQUE
AQUI**



2 Capacidades militares

DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE



O compromisso com a paz, o diálogo e a busca por soluções negociadas para controvérsias internacionais permanecem como alicerce fundamental da política externa e de defesa. Contudo, diante de um cenário global marcado por instabilidades crescentes e o surgimento de ameaças novas e cada vez mais complexas, a vigilância permanente e a prontidão das Forças Armadas tornam-se ainda mais essenciais. Nesse contexto, o Estado brasileiro, por meio do Ministério da Defesa, atua de forma integrada na coordenação das ações necessárias ao fortalecimento da Defesa Nacional, a fim de garantir a soberania e a segurança do povo e do território brasileiros.

A intensificação da competição por recursos naturais, o avanço acelerado da tecnologia - que, ao mesmo tempo em que amplia as capacidades militares, expõe vulnerabilidades relevantes a ciberataques e a conflitos híbridos - e a progressiva militarização do espaço configuram vetores centrais de preocupação estratégica. Para enfrentar esse cenário, manteve-se o foco em investimentos estruturantes em Pesquisa e Desenvolvimento, na busca pela autonomia tecnológica da Indústria de Defesa, e na modernização contínua de equipamentos, de modo a reduzir lacunas tecnológicas, ampliar o domínio de tecnologias críticas, fortalecer a capacidade de dissuasão e assegurar respostas rápidas, adequadas e proporcionais a eventuais ameaças.

É fundamental que as Forças Armadas não apenas estejam prontas para a defesa do País, conforme determina a Constituição Federal, mas que também continuem a desempenhar papel relevante de apoio à sociedade, especialmente em situações de desastres naturais, bem como na proteção da Amazônia e da Amazônia Azul.

Esse esforço encontra-se alinhado ao Programa 6112 – Defesa Nacional, previsto no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, que orienta o preparo das Forças e o desenvolvimento das capacidades militares. Da mesma forma, a carteira de empreendimentos estratégicos do Novo PAC prioriza recursos para projetos destinados à modernização das Forças e ao fortalecimento da Indústria de Defesa, potencializando impactos econômicos, tecnológicos e sociais e consolidando a autonomia nacional em setores estratégicos.

Entre as capacidades consideradas essenciais destacam-se: proteção, pronta resposta, dissuasão, coordenação e controle, gestão da informação, logística, mobilidade estratégica, mobilização e desenvolvimento tecnológico. Investir nessas áreas significa fortalecer a capacidade de defesa do País, reduzir vulnerabilidades críticas e assegurar que as Forças Armadas permaneçam aptas ao pleno cumprimento de sua missão constitucional. Adicionalmente, tais investimentos contribuem para a geração de empregos qualificados e para o fortalecimento da base industrial brasileira.



Fonte: ASCOM/MD.

2.1 CARTEIRA DE EMPREENDIMENTOS PRIORITÁRIOS

A carteira de projetos no Novo PAC contempla 16 empreendimentos das três Forças Armadas e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, com valor global de **R\$ 202,7 bilhões**, dos quais **R\$ 188,7 bilhões** provêm do orçamento Fiscal e **R\$ 14,0 bilhões** do orçamento de Investimento das Empresas Estatais. O Ministério da Defesa acompanha, de forma sistemática, a execução física e financeira desses projetos estratégicos, conforme detalhado a seguir.

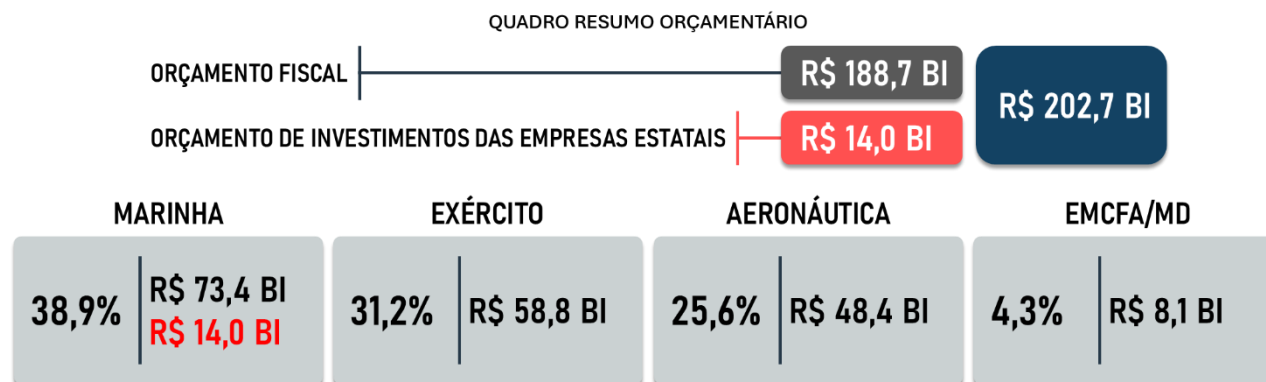
Os investimentos no Setor de Defesa constituem instrumento central para a ampliação das capacidades militares de defesa, especialmente por meio da carteira de projetos estratégicos. Esses projetos viabilizam a construção, a aquisição, a modernização e o desenvolvimento de meios operativos essenciais, tais como submarinos, navios, viaturas blindadas, mísseis de longo alcance, aeronaves de transporte e de caça, além de sistemas de controle e defesa do espaço aéreo. A adequada gestão e a continuidade desses empreendimentos dependem, de forma decisiva, da previsibilidade e da regularidade no aporte de recursos orçamentários.

Os investimentos no Setor de Defesa constituem instrumento central para a ampliação das capacidades militares de defesa, especialmente por meio da carteira de projetos estratégicos. Esses projetos viabilizam a construção, a aquisição, a modernização e o desenvolvimento de meios operativos essenciais, tais como submarinos, navios, viaturas blindadas, mísseis de longo alcance, aeronaves de transporte e de caça, além de sistemas de controle e defesa do espaço aéreo. A adequada gestão e a continuidade desses empreendimentos dependem, de forma decisiva, da previsibilidade e da regularidade no aporte de recursos orçamentários.

A insuficiência de recursos e a inexistência de um fluxo financeiro estável comprometem o planejamento de longo prazo, dificultam a gestão contratual e afetam negativamente a atualização oportuna dos equipamentos militares. As informações apresentadas nas figuras a seguir indicam que, ao longo da execução dos projetos, na maior parte dos empreendimentos, as dotações orçamentárias permaneceram abaixo das necessidades estimadas, ampliando o descompasso entre o planejamento originalmente estabelecido e a execução efetiva. Esse quadro recorrente de restrições fiscais tem resultado em déficits acumulados, aumento de custos e alongamento dos prazos de execução dos projetos estratégicos de defesa.











No exercício de 2025, mesmo quando consideradas as dotações orçamentárias acrescidas dos créditos suplementares autorizados, inclusive aqueles constantes da [Lei Complementar nº 221, de 2025](#), verificou-se que a maioria dos projetos continuou a apresentar valores inferiores às suas necessidades contratuais. Nesse contexto, destacam-se o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e os projetos integrantes do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que compreende os projetos de Submarinos Convencionais, Submarino de Propulsão Nuclear e do Estaleiro e Base Naval.





Adicionalmente, os sucessivos bloqueios e contingenciamentos orçamentários têm provocado o alongamento dos cronogramas de entrega dos meios, impactando negativamente a execução dos projetos. Entre as principais consequências observadas estão o aumento do pagamento de juros contratuais e, sobretudo, a ampliação dos custos totais dos empreendimentos, além dos riscos associados à perda de capacidades instaladas e à evasão de profissionais especializados.





Fonte: SEORI/MD.

NECESSIDADES CONTRATUAIS VERSUS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (LOA) E PRAZOS DOS EMPREENDIMENTOS

(Em R\$ milhões)		NECESSIDADES CONTRATUAIS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				POSTERGAÇÕES DE PRAZOS			
		NECESSIDADES CONTRATUAIS ATÉ 2025	LOA ATÉ 2025	% LOA/NC	NECESSIDADES CONTRATUAIS EM 2025	LOA 2025	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	
								INICIAL	ATUAL
	Submarinos Convencionais	12.012,9	6.386,7	-46,8%	2.090,7	504,8	2009	2021	2028
	Submarino Nuclear Convencionalmente Armado	8.900,9	3.695,9	-58,5%	2.139,0	475,2	2009	2025	2037
	Estaleiro e Base Naval	7.289,0	3.812,1	-47,7%	1.270,0	530,0	2009	2025	2035
	Programa Nuclear	6.284,1	3.785,6	-39,8%	1.442,2	600,0	2000	2030	2032
	Navios-Patrolha	538,1	569,7	105,9%	150,0	150,0	2008	2035	2036
	Fragatas Tamandaré (Orçamento de Investimentos)	12.106,1	14.098,4	116,5%	2.541,0	2.541,0	2019	2027	2030
(Em R\$ milhões)		NECESSIDADES CONTRATUAIS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				POSTERGAÇÕES DE PRAZOS			
		NECESSIDADES CONTRATUAIS ATÉ 2025	LOA ATÉ 2025	% LOA/NC	NECESSIDADES CONTRATUAIS EM 2025	LOA 2025	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	
								INICIAL	ATUAL
	Forças Blindadas	7.125,9	5.232,2	-26,6%	1.186,0	533,9	2012	2030	2040
	Programa Astros	1.922,1	1.070,6	-44,3%	113,0	59,5	2011	2019	2041
	Programa SISFRON	4.517,1	2.576,9	-43,0%	361,0	195,9	2012	2021	2039
	Aviação do Exército	1.885,6	2.086,1	110,6%	538,0	480,7	2017	2038	2038

PROJETOS DO NOVO PAC AERONÁUTICA	NECESSIDADES CONTRATUAIS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					POSTERGAÇÕES DE PRAZOS		
	NECESSIDADES CONTRATUAIS ATÉ 2025	LOA ATÉ 2025	% LOA/NC	NECESSIDADES CONTRATUAIS EM 2025	LOA 2025	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	
							INICIAL	ATUAL
 FX-2 (F-39 - Gripen)	23.050,7	12.926,2	-43,9%	1.528,2	1.383,6	2014	2025	2033
 Cargueiro KC-390	7.336,0	4.888,1	-33,4%	627,3	547,6	2014	2026	2035
 Cargueiro KC-X	3.553,7	1.474,0	-58,5%	0,0		2009	2018	2029
 KC-30 (A330-200) (*) (*) Projeto em fase de revisão	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0	2024	2030	2030

PROJETOS DO NOVO PAC EMCFA	NECESSIDADES CONTRATUAIS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					POSTERGAÇÕES DE PRAZOS		
	NECESSIDADES CONTRATUAIS ATÉ 2025	LOA ATÉ 2025	% LOA/NC	NECESSIDADES CONTRATUAIS EM 2025	LOA 2025	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	
							INICIAL	ATUAL
 Helicópteros H-XBR	4.788,1	2.672,7	-44,2%	315,2	134,8	2008	2023	2027
 Helicópteros TH-X	549,6	397,4	-27,7%	131,0	114,2	2020	2025	2028

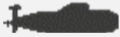




Fonte: Comandos Militares e EMCFA.

PARA CONHECER MAIS:

Acompanhe o conjunto completo de informações sobre os resultados quantitativos e qualitativos dos empreendimentos que compõem a carteira do MD no NOVO PAC (referência: parâmetros constantes do item 9.2 do Acórdão 1.519/2017-TCU-Plenário).

**CLIQUE
AQUI**

Apesar das restrições orçamentárias enfrentadas, o exercício de 2025 registrou entregas relevantes associadas aos projetos do Ministério da Defesa no âmbito do Novo PAC, as quais contribuíram para a ampliação das capacidades operacionais, especialmente aquelas destacadas no quadro a seguir.

ENTREGAS RELACIONADAS AOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA		REALIZADAS EM 2025	PREVISTAS PARA 2026
MARINHA	Submarinos Convencionais 	* Entrega de 1 submarino convencional * Lançamento ao mar de 1 submarino convencional	* Entrega de 1 submarino convencional
	Submarino Nuclear Convencionalmente Armado 	* Conclusão das obras dos prédios do Laboratório de Geração Nucleoelétrica (LABGENE), do Projeto de Submarino de Propulsão Nuclear	* Fabricação do Sistema de Controle e a entrega de sistemas do LABGENE (Submarino de Propulsão Nuclear).
	Fragatas Tamandaré 	* Lançamento ao mar de 2 fragatas	* Recebimento Provisório de 1 Fragata * Lançamento ao mar de 1 Fragata
EXÉRCITO	Forças Blindadas 	* Entrega de 63 Viaturas	* Entrega de 75 Viaturas * Entrega de 1 Sistema de armas
	Programa SISFRON 	* Conclusão de obras em 3 unidades militares	* Construção de diversas unidades militares
	Programa Astros 	* Conclusão da Estação de Tratamento d'Água do Forte Santa Bárbara e de 1 Estande de Tiro.	* Conclusão da infraestrutura da vila militar * Entrega de 3 viaturas meteorológicas equipadas * Aquisição de Sistemas de Munições Remotamente Pilotadas
	Aviação do Exército 	* Entrega de 1 Aeronave de manobra (UH-60M Black Hawk)	* Entrega de 1 Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP)
AERONÁUTICA	FX-2 (F-39 – Gripen) 	* Entrega de 2 aeronaves	* Entrega de 2 aeronaves
	Cargueiro KC-390 	* Entrega de 1 aeronave	

Fonte: Comandos Militares e EMCFA.

2.2 IMPACTOS NA INDÚSTRIA DE DEFESA

O fortalecimento das capacidades operacionais de defesa produz efeitos diretos e relevantes sobre a indústria nacional de defesa. A manutenção dos projetos estratégicos assegura a continuidade da produção, a geração de empregos e o desenvolvimento de competências tecnológicas críticas para o País. Nesse contexto, a [Lei nº 12.598, de 2012](#), institui mecanismos de fomento à Base Industrial de Defesa (BID) que criam condições para a participação de empresas brasileiras no desenvolvimento e no fornecimento de produtos e serviços essenciais à soberania nacional.

Ao manter a indústria de defesa ativa, o Estado estimula a inovação tecnológica, incentiva a pesquisa aplicada e impulsiona setores estratégicos como metalurgia, eletrônica, sistemas de comando e controle e tecnologias de uso dual. Além disso, os investimentos em projetos estratégicos contribuem para a ampliação da capacidade produtiva, fortalecem a autonomia nacional e reduzem dependências externas em áreas sensíveis.

A Base Industrial de Defesa, além de atender às demandas militares, gera benefícios econômicos e sociais relevantes, a exemplo da criação de empregos qualificados, do estímulo ao desenvolvimento regional e do incremento das exportações. Dessa forma, a articulação entre o planejamento militar e as políticas de fomento à indústria revela-se essencial para assegurar a sustentabilidade das capacidades de defesa e a competitividade tecnológica do Brasil.

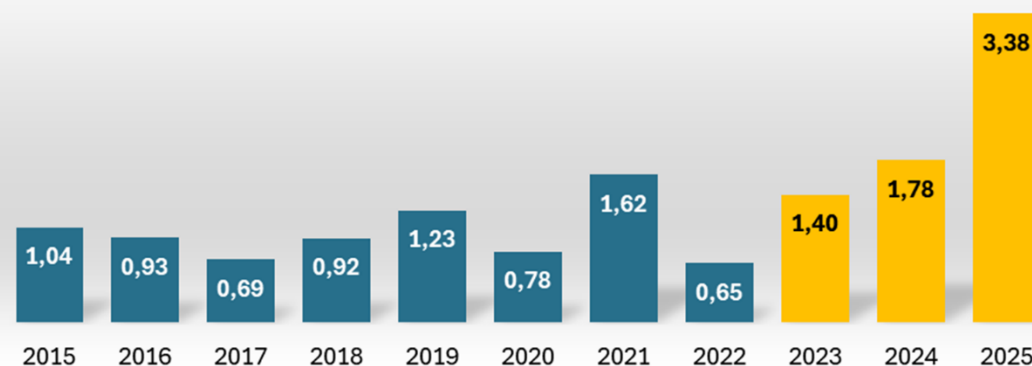
Em 2025, entre os resultados observados no setor de defesa, destacam-se a geração de emprego e renda, a contribuição para a balança comercial e a inserção do Brasil em segmentos de ponta do avanço tecnológico, em um contexto internacional cada vez mais dependente de inovação e de respostas rápidas. Trata-se de um setor que movimentava trilhões de dólares em âmbito global e que se consolida como segmento estratégico, com impactos positivos diretos e indiretos sobre a economia e a qualidade de vida da população.

Exportações de produtos de defesa batem recorde

As exportações de produtos de defesa do Brasil alcançaram, em 2025, novo patamar histórico, totalizando **US\$ 3,38 bilhões**. Esse desempenho reflete o crescimento e a vitalidade da Base Industrial de Defesa, que se consolida como um pilar estratégico para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do País.

O resultado supera os **US\$ 1,78 bilhão registrados em 2024**, até então o melhor desempenho da série histórica, e projeta o Brasil a um patamar de maior destaque no mercado internacional de defesa. O setor configura-se como importante motor econômico, responde por aproximadamente **3,49% do PIB** nacional e gera cerca de **3 milhões de empregos** diretos e indiretos. Ao combinar tecnologia de fronteira com elevada capacidade de adaptação, a indústria de defesa reforça a competitividade do País no cenário global e amplia sua inserção em cadeias produtivas estratégicas.

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE DEFESA (em US\$)



Fonte: SEPROD/MD.

Produtos como embarcações, veículos blindados, aeronaves, aviônicos, radares, sistemas de controle, sensoriamento e segurança, além de veículos aéreos não tripulados, integram o portfólio da indústria de defesa brasileira. A elevada capacidade de inovação, o alto valor agregado e a aplicabilidade dual desses produtos, tanto no âmbito da defesa quanto no meio civil, constituem fatores que tornam o setor progressivamente mais atrativo e competitivo.

Atualmente, a indústria nacional de defesa mantém relações comerciais com cerca de **140 países**, distribuídos por todos os continentes. Esse desempenho apoia-se na atuação de aproximadamente **70 empresas exportadoras**, que oferecem um amplo e diversificado portfólio de produtos e soluções tecnológicas.

Em 2025, registrou-se o credenciamento de **327 empresas**, o que representa crescimento de **20% em relação ao exercício anterior**. No mesmo período, o número de produtos cadastrados alcançou **2.345**, correspondendo a um **aumento de 27,8%**. Esses resultados estão alinhados às diretrizes do Plano Estratégico de Defesa 2024-2027 (PEO-MD), que estabelece a meta de crescimento mínimo anual de 10% no número de empresas credenciadas e de produtos classificados.

Os avanços observados decorrem de atuação coordenada e colaborativa entre diferentes instituições públicas e financeiras, com destaque para o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco do Brasil e a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, que, de forma integrada, contribuem para a promoção, o financiamento e a expansão da Base Industrial de Defesa.



Fonte: SEPROD/MD.

Projeção da BID

A participação em eventos internacionais, como feiras, diálogos da indústria de defesa, seminários e workshops, contribui para a projeção da indústria brasileira no cenário global e gera oportunidades para a ampliação e a abertura de novos mercados. Nesse esforço, o Ministério da Defesa também realiza visitas às federações das indústrias nos estados, bem como Visitas de Avaliação Técnica às empresas credenciadas como Empresas de Defesa (ED) ou Empresas Estratégicas de Defesa (EED).

As visitas às federações desempenham papel relevante no fortalecimento do relacionamento com a Base Industrial de Defesa, ao promover maior sinergia e cooperação entre a indústria e os setores público e privado. As Visitas de Avaliação Técnica, por sua vez, têm como finalidade verificar a manutenção das condições de credenciamento das empresas e da classificação de seus produtos, em conformidade com o arcabouço legal vigente, assegurando que os produtos classificados atendam aos requisitos estabelecidos de qualidade e segurança. Essas iniciativas reforçam a parceria estratégica entre o Ministério da Defesa e a indústria nacional, ao mesmo tempo em que ampliam o diálogo institucional. A aproximação direta com as empresas do setor fortalece a confiança nas instituições governamentais e contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre as capacidades produtivas e tecnológicas da Base Industrial de Defesa brasileira.

LAAD Defence & Security 2025

Em abril de 2025, o Ministério da Defesa apoiou, institucionalmente, a 15ª edição da LAAD Defence & Security, realizada no Rio de Janeiro/RJ. O evento, voltado aos setores de defesa e segurança, reuniu cerca de **400 marcas expositoras** e **200 delegações de 40 países**, consolidando-se como um dos principais fóruns internacionais do segmento na América Latina.

No evento, o Ministério da Defesa cumpriu uma agenda de aproximadamente **60 reuniões institucionais**, voltadas à promoção da cooperação internacional e da integração regional. Foram realizados encontros com delegações e representantes de cerca de **30 países**, com foco no fortalecimento de laços estratégicos e no fomento à indústria nacional de defesa.

Nova Indústria Brasil (NIB)

Em 2025, a defesa nacional passou a integrar a Missão 6 do [Programa Nova Indústria Brasil \(NIB\)](#), iniciativa estratégica do governo federal voltada ao fortalecimento da base produtiva tecnológica do País. O programa prevê investimentos da ordem de **R\$ 112,9 bilhões**, sendo **R\$ 79,8 bilhões** provenientes de recursos



Fonte: SEPROD/MD.

públicos e **R\$ 33,1 bilhões** do setor privado. No âmbito da defesa, os investimentos contemplam projetos estratégicos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, entre os quais se destacam fragatas, submarinos, viaturas blindadas, o caça Gripen e o avião cargueiro KC-390. Essas iniciativas contribuem diretamente para a modernização dos meios militares e para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa.

A meta estabelecida pelo programa é alcançar, até **2026**, o domínio de **55% das tecnologias essenciais à defesa e à soberania nacionais**, como radares, satélites e foguetes. Em 2025, esse índice situava-se em **42%**, evidenciando a necessidade de continuidade dos investimentos e do esforço de coordenação interinstitucional. No horizonte de médio e longo prazos, a expectativa é de que o grau de nacionalização das tecnologias de defesa atinja **75% até 2033**, o que permitirá maior autonomia na condução de projetos de pesquisa e desenvolvimento de interesse da defesa, além de reduzir dependências externas em áreas tecnológicas sensíveis.



3 Nossas entregas

DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE



A atuação do Ministério da Defesa materializa-se na articulação entre planejamento estratégico, preparo permanente e emprego oportuno do Poder Militar, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa. Em um país de dimensões continentais, marcado por elevada complexidade geográfica, diversidade ambiental e múltiplos desafios estratégicos, a defesa nacional exige capacidades militares integradas, prontas e versáteis, capazes de responder tanto a ameaças externas quanto a demandas legais em apoio ao Estado e à sociedade.

Nesse contexto, o papel do Ministério da Defesa transcende a coordenação administrativa das Forças Armadas. Cabe-lhe organizar e integrar esforços, promover a interoperabilidade, assegurar a prontidão operacional e garantir que os meios militares estejam adequadamente preparados para cumprir suas atribuições constitucionais na defesa do país, da soberania e de seus cidadãos. Ademais, a Defesa Nacional se expressa também no apoio a políticas públicas, na resposta a emergências, na proteção de populações vulneráveis e na preservação de áreas estratégicas de interesse nacional.

Este capítulo apresenta as principais entregas realizadas em 2025, evidenciando como o preparo e o emprego das Forças Armadas, de forma conjunta e integrada, contribuíram para a soberania nacional, a segurança da população e o fortalecimento da presença do Estado em todo o território brasileiro. As seções a seguir detalham as ações desenvolvidas no preparo do Poder Militar, no seu emprego operacional, no apoio humanitário, na defesa civil e ambiental, no fortalecimento da cidadania e na execução de programas estratégicos, traduzindo em resultados concretos os objetivos institucionais do Ministério da Defesa.

3.1 PREPARO DO PODER MILITAR

O preparo do Poder Militar compreende atividades destinadas a manter e ampliar a capacidade operacional das Forças Armadas para o cumprimento de suas atribuições constitucionais. Em 2025, o Ministério da Defesa coordenou exercícios conjuntos, ações de mobilização nacional e treinamentos específicos destinados a elevar a prontidão, a interoperabilidade e a eficiência no emprego dos meios militares. As iniciativas envolveram planejamento integrado, mobilização de recursos humanos e materiais e realização de operações em diferentes regiões do país.

Operação Atlas

A Operação Atlas 2025, coordenada pelo Ministério da Defesa, foi concebida como um exercício militar conjunto de grande escala das Forças Armadas brasileiras, com o objetivo de promover o deslocamento estratégico coordenado e fortalecer a presença do Estado na região amazônica, a mais desafiadora do território nacional.

Sob o tema "Forças Integradas na Defesa da Amazônia", a operação teve como objetivo aprimorar aspectos cruciais como a logística, a mobilização e a prontidão operacional das tropas em um ambiente de significativa importância estratégica para o Brasil.



Fonte: EMCFA/MD.

Trata-se de um marco significativo para a defesa nacional, na medida em que buscou consolidar a capacidade de defesa do Brasil, integrando a Marinha, o Exército e a Aeronáutica em um exercício conjunto de grande magnitude. A operação reforçou a interoperabilidade entre as Forças Armadas e aprimorou sua capacidade de resposta a desafios em ambientes complexos.

Em julho, foi conduzida a fase de planejamento da Operação e o mapeamento dos meios operativos e humanos, estruturando, assim, as estratégias para as fases de deslocamento e execução.

Durante as fases de Deslocamento Estratégico e Execução no Terreno, ocorridas em setembro e outubro, as Forças Armadas atuaram com cerca de **8.600 militares**, em área geográfica de **aproximadamente 2 mil km²**, abrangendo os estados do Pará, Amapá, Roraima e Amazonas, e com aproximadamente **1.200** meios operativos (embarcações, viaturas, blindados, aeronaves de transporte, patrulha, caça e helicópteros, satélites etc.).



Fonte: ASCOM/MD.



Fonte: EMCFA/MD.

Além de seu caráter de exercício militar, a edição de 2025 contribuiu diretamente para as atividades logísticas da 30ª edição da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém, no estado do Pará.

A Operação Atlas representou uma entrega estratégica do Ministério da Defesa ao país, demonstrando a capacidade das Forças Armadas de atuar de forma integrada, eficiente e em apoio direto às políticas públicas e aos compromissos internacionais do Brasil, além de fortalecer a presença estatal na Amazônia. A operação deixou legados operacionais e logísticos que ampliam a prontidão nacional para futuras missões em defesa da soberania e da cooperação internacional.

EPMN-2025

O II Exercício de Planejamento da Mobilização Nacional – 2025 (EPMN 2025) foi realizado entre 11 e 15 de agosto de 2025, na Escola Superior de Defesa, em Brasília-DF, sob a coordenação do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. O exercício contou com a participação de representantes dos diversos ministérios que integram os dez subsistemas do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB).

O exercício teve como objetivos fomentar a integração entre os Subsistemas Setoriais de Mobilização Nacional, contribuir para o aprimoramento da Doutrina de Mobilização Nacional, capacitar quadros para o preparo e a execução da Mobilização Nacional e habilitar os subsistemas do SINAMOB à elaboração dos Planos de Mobilização Setoriais e do Plano Nacional de Mobilização. As atividades foram desenvolvidas a partir de um cenário hipotético que considerou carências identificadas na Operação Atlas de 2025, com vistas ao aperfeiçoamento do Ciclo de Planejamento da Mobilização Nacional.

O SINAMOB tem por objetivo garantir a obtenção de recursos e a organização necessária para enfrentar emergências ou defesa do país, coordenando órgãos de diversos ministérios e o setor privado. Seus dez subsistemas setoriais são: Militar, Política Interna, Política Externa, Social, Científico-Tecnológica, Inteligência, Defesa Civil, Psicológica, Segurança e Econômica.

EXGAR2025

O Exercício Geral Integrado de Resposta à Emergência e Segurança Física Nuclear no Complexo Nuclear Almirante Álvaro Alberto (EXGAR2025) foi realizado entre 29 de setembro e 3 de outubro de 2025, em Angra dos Reis RJ. O exercício teve como objetivo avaliar a capacidade de resposta a incidentes de segurança física e a emergências nucleares, identificar oportunidades de melhoria e aprimorar os planos voltados à proteção da população, do meio ambiente, da usina nuclear e de seus trabalhadores.

As ações operacionais envolveram o deslocamento de tropas especializadas, com a participação de **289** militares da Marinha, **182** do Exército e **11** civis e militares da Aeronáutica.



Fonte: EMCFA/MD.



Fonte: EMCFA/MD.

3.2 EMPREGO DO PODER MILITAR

O emprego do Poder Militar ocorre quando as Forças Armadas são acionadas, nos termos da legislação, para executar ações operacionais em apoio ao Estado brasileiro. Em 2025, esse emprego abrangeu diferentes tipos de operações em todo o território nacional, incluindo ações de repressão a ilícitos, segurança de grandes eventos e apoio a órgãos civis, com participação conjunta da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

OPERAÇÃO CONJUNTA ÁGATA AMAZÔNIA

A **Operação Conjunta Ágata Amazônia** foi realizada em junho de 2025, com foco no combate ao tráfico de drogas, ao garimpo ilegal e a outros crimes ambientais, no fortalecimento da presença do Estado na Amazônia Legal e, de forma subsidiária, na execução de ações sociais em apoio às comunidades indígenas e ribeirinhas da região. Tais ações focaram no combate a crimes transfronteiriços e ambientais, como narcotráfico e extração ilegal de minérios, mas também intensificaram a presença do Estado nas áreas de fronteira, com a integração e a cooperação técnica e logística com outros órgãos públicos e a sociedade, o que permitiu o transporte de **150 toneladas de alimentos**, a distribuição de **134 mil medicamentos** e a realização de **52 mil procedimentos de saúde**.

A Operação promoveu, ainda, a apreensão de **1 tonelada de maconha** e de **184 kg de pasta base de cocaína**, além da neutralização de **34 dragas** de garimpo ilegal. O conjunto das apreensões resultou em **prejuízo estimado em R\$ 225 milhões** aos envolvidos.



Fonte: EMCFA/MD.

OPERAÇÃO REDENTOR

Em 2025, o Brasil assumiu a Presidência do BRICS, promovendo reuniões ministeriais e a Cúpula de Chefes de Estado, que demandou planejamento minucioso de segurança sob coordenação da Presidência da República e em articulação com diversas instituições. Para assegurar que o evento transcorresse de forma segura, foi autorizado o emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem, nos termos do Decreto nº 12.541, de 2025, possibilitando a execução de ações preventivas e repressivas contra eventuais ameaças.

O apoio das Forças Armadas à Cúpula do BRICS 2025 foi efetuado por intermédio da operação conjunta denominada "Operação Redentor", mobilizando cerca de **21 mil militares** e **17 mil agentes de segurança pública**, que incluiu patrulhamento marítimo, terrestre e aéreo, proteção de infraestruturas críticas e uma resposta eficaz às ameaças potenciais, garantindo a segurança dos participantes e promovendo a imagem do Brasil como um país capaz de sediar grandes eventos com excelência.



Fonte: ASCOM/MD.

OPERAÇÃO MARAJOARA

A Portaria GM-MD nº 3.215, de 2024, instituiu Grupo de Trabalho específico, sob a coordenação da Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, com atribuições voltadas ao planejamento e à execução das ações de apoio logístico e administrativo à 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30). Essa estrutura permitiu uma resposta ágil e integrada às demandas do evento, em articulação com a Casa Civil, demais ministérios e governos locais. Entre os principais resultados operacionais, destacam-se:

- **Disponibilização de cerca de 2 mil leitos** por meio da reforma e adequação de hotéis de trânsito e alojamentos militares, em apoio à hospedagem de delegações e convidados da COP30, fornecendo leitos, alimentação, roupas de cama, serviços de lavanderia e acesso à internet, assegurando conforto e funcionalidade às comitivas;

- Adequação e melhorias em infraestruturas aeroportuárias e aeródromos, incluindo a Base Aérea e o Aeroporto de Belém, garantindo a **operação aérea contínua** e a recepção segura e eficiente de autoridades e participantes internacionais;
- **Ampliações e adequação em pistas de voo**, o que possibilitou movimentações e estacionamento de aeronaves que anteriormente possuíam restrições de operação local;
- **Apoio à segurança**, por meio da atuação coordenada com órgãos civis; e
- Elaboração do **Plano Estratégico Integrado de Segurança**, com participação das Forças Armadas, contribuindo para a proteção de autoridades e participantes.



Fonte: ASCOM/MD.



Fonte: ASCOM/MD.

No período de 02 a 23/11/2025, as Forças Armadas brasileiras realizaram uma operação integrada e coordenada para apoiar a realização do evento em Belém-PA, ocorrido entre 10 e 21/11/25. A operação, denominada "Operação Marajoara" envolveu **7.683 militares** da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em uma estrutura de comando conjunta, por meio da autorização da Presidência da República para emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem.

A participação das Forças Armadas reafirmou sua cooperação com órgãos civis, através de apoio logístico, inteligência, comunicações e instrução em ações de interesse nacional. Tais cooperações ocorrem cotidianamente, de forma subsidiária e legalmente estruturada, contribuindo para a segurança, o desenvolvimento e a soberania do país.

3.3 APOIO HUMANITÁRIO

O apoio humanitário compreende ações das Forças Armadas destinadas ao atendimento de populações em situação de vulnerabilidade, em coordenação com órgãos civis. Em 2025, essas ações incluíram o apoio a comunidades indígenas, iniciativas de saúde em regiões remotas e o suporte contínuo à Operação Acolhida, com atividades executadas ao longo do ano em diversas regiões do país.

OPERAÇÕES DE APOIO ÀS POPULAÇÕES INDÍGENAS

Operação CATRIMANI (Terra Indígena Yanomami)

A Operação Catrimani, ativada em 1º de Abril de 2024, consolidou-se como uma das mais relevantes operações de combate a crimes ambientais, de proteção aos povos indígenas e de ajuda humanitária na Amazônia.

As ações repressivas se concentram no combate ao garimpo ilegal e na desintrusão na Terra Indígena Yanomami, localizada nos estados do Amazonas e Roraima. O **prejuízo estimado** ao garimpo ilegal ultrapassou **R\$ 550 milhões**, segundo a Casa de Governo, em decorrência das **42.000 abordagens** realizadas em **7.500 ações**, que resultaram na apreensão e inutilização de mais de **230 kg de mercúrio**, substância altamente tóxica usada no garimpo e de **160 kg de cassiterita**, minério de alto valor comercial, entre outros materiais.

As ações de atenção à saúde destinada aos Povos Yanomami são apoiadas pelo MD por meio de evacuação aeromédica, implementação de infraestrutura de saúde, transporte de células fotovoltaicas, estabelecimento de sistemas de tratamento e armazenamento de água e apoio à vacinação. Em 2025 foram contabilizados mais de **94 mil procedimentos de saúde**, **3.600 atendimentos médicos** às comunidades locais e a entrega de **51.465 cestas básicas**.

Para ampliar o combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, foi ativado um Destacamento Especial de Fronteira pelas Forças Armadas, em Roraima. A ação potencializou o monitoramento e permitiu expandir as atividades de inteligência na região.



Ações repressivas:

42.000 abordagens em **7.500** ações, gerando um prejuízo estimado ao garimpo ilegal superior a **R\$ 550 milhões**

Apoio às ações de atenção à saúde aos Povos Yanomami:

94 mil procedimentos de saúde, **3.600** atendimentos médicos às comunidades locais e entrega de **51.465** cestas básicas

Fonte: EMCFA/MD.

Operações de desintrusão das Terras Indígenas

O MD, por meio das Portarias GM-MD nº 2.533, de 2024, e GM-MD nº 1.264, de 2025, autorizou o emprego temporário e episódico de meios do Exército em apoio logístico às ações governamentais nas Terras Indígenas Karipuna, Munduruku, Arariboia, Kayapó e Uru Eu Wau Wau.

O apoio desempenhou papel estratégico nas operações de desintrusão e proteção territorial, planejadas com base nos cronogramas e planos operacionais aprovados pelo Supremo Tribunal Federal e pela Presidência da República, com foco inicial nas Terras Indígenas Karipuna e Munduruku, em 2024, e, posteriormente, nas operações Arariboia, Kayapó e Uru Eu Wau Wau, concluídas em 2025.

Diante da complexidade logística imposta por regiões vastas, isoladas e com infraestrutura precária, as Forças Armadas foram empregadas em razão de sua capacidade de operar em ambientes hostis e remotos. As entregas realizadas incluíram:

- Instalação de bases operacionais completas, com fornecimento de energia elétrica, água potável, alimentação, leitos e ambientes climatizados, garantindo condições adequadas de trabalho e segurança para as equipes da Funai, Ibama, Polícia Federal, Força Nacional e demais órgãos envolvidos;
- Transporte de pessoal, equipamentos e suprimentos por meio de viaturas, aeronaves e embarcações, assegurando a continuidade das operações em áreas de difícil acesso;
- Montagem de postos de comando e controle, permitindo a coordenação eficiente das ações interagências e o monitoramento das atividades em tempo real;
- Apoio de saúde, de comunicações e a manutenção de equipamentos, essenciais para a permanência prolongada das equipes em campo.

O apoio do MD foi decisivo para que o Estado brasileiro pudesse atuar de forma integrada, eficaz e humanitária, consolidando um modelo de cooperação interinstitucional que fortalece a presença do Estado em áreas sensíveis da Amazônia Legal.



Fonte: Aeronáutica.

AÇÕES DE APOIO À SAÚDE

Em 2025, o MD, por meio da Aeronáutica, realizou ações de apoio à saúde direcionadas a populações em diferentes regiões do país. As iniciativas, com atendimentos médicos e odontológicos concentrados na região Norte e com missões de transporte necessárias ao funcionamento das políticas públicas de saúde. O apoio operacional incluiu a **Operação Gota** e a **Operação EXCELSIOR 2025**, ambas voltadas ao atendimento de comunidades de difícil acesso. As duas operações beneficiaram um público superior a **30 mil cidadãos** no exercício de 2025.



TOTEQ 2025
 271 acionamentos
 251 órgãos transportados

Em torno de **1.632 horas** voadas
 Custo aproximado de **R\$ 17.400,00**

Fonte: Aeronáutica.



Operação Excelsior 2025: beneficiando mais de 30.000 cidadãos

Fonte: Aeronáutica.

A atuação da Aeronáutica também integrou o esforço nacional de transplantes por meio da **Operação TOTEQ** (Transporte de Órgãos, Tecidos e Equipes), executada ao longo de todo o ano, mantendo aeronaves e tripulações em regime permanente de sobreaviso (24 horas por dia), em todo o território nacional, para atender às solicitações do Ministério da Saúde, por intermédio da Central Nacional de Transplantes.

Em 2025, a Aeronáutica realizou **271 acionamentos**, totalizando em torno de **1.632 horas de voo**, com emprego de diversos tipos de aeronaves. As missões transportaram **251 órgãos**. O custo operacional da Operação TOTEQ correspondeu a **R\$ 17.424.282,72**, incluindo combustível, manutenção das aeronaves, diárias, mobilização de equipes e apoio logístico terrestre.

As missões de transporte de órgãos possuem prioridade nos procedimentos de decolagem e pouso, assegurando a agilidade necessária para a preservação das condições clínicas dos órgãos transportados e para o sucesso dos transplantes. As ações executadas contribuíram

para ampliar o acesso da população a serviços essenciais de saúde e para assegurar a continuidade das atividades vinculadas ao Sistema Nacional de Transplantes.

OPERAÇÃO ACOLHIDA



As ações desenvolvidas pela Operação Acolhida e seus cerca de 121 parceiros (agências da ONU, órgãos governamentais e não governamentais, entre outros organismos), em cooperação com os Governos Federal, Estadual e Municipal, visam prestar assistência emergencial, oportuna e necessária ao acolhimento, em Roraima, de refugiados e migrantes provenientes da Venezuela em situação de vulnerabilidade.

O MD atua no apoio logístico, trabalhando nos eixos de Ordenamento da Fronteira, Acolhimento e Interiorização. Por meio do esforço conjunto das Forças Armadas, foi estabelecida a Força Tarefa

Logística Humanitária, que emprega cerca de **494 militares das três Forças**, distribuídos em 3 bases localizadas em Boa Vista/RR, Pacaraima/RR, e Manaus/AM, com especialidades nas áreas de recursos humanos, administração financeira e contábil, engenharia, saúde, assistência social e telecomunicações, entre outras.

Atualmente opera com seis abrigos, dois alojamentos de trânsito, um Posto de Recepção e Acolhimento, equipamentos de telecomunicações, dois Núcleos de Saúde Assistencial, inúmeras viaturas e instalações temporárias para alojamento e áreas de trabalho para militares, servidores e funcionários de órgãos participantes. Em 2025, foram executadas atividades nas áreas de proteção social, saúde, educação, formação e qualificação profissional, fornecimento de alimentação, garantia dos direitos humanos, oferta de infraestrutura e saneamento, fortalecimento do controle de fronteiras, logística e distribuição de insumos e distribuição dos migrantes no território nacional.

Desde 2018 foram **interiorizados 152.348** venezuelanos, para **1.101 municípios** brasileiros, sendo **7.845 em 2025**, e foram realizados mais de **20.000 atendimentos médicos por mês**.



Operação Acolhida - Desde 2018

- **152.348** venezuelanos interiorizados, para **1.101** municípios, sendo **7.845** em 2025
- Cerca de **20.000** atendimentos médicos por mês

Fonte: Gov.br.

3.4 O APOIO À DEFESA CIVIL E À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

OPERAÇÃO TORNADO

Em 7 de novembro de 2025, tornados atingiram o centro-oeste do Paraná, provocando destruição nas cidades de Rio Bonito do Iguaçu, Cândói, Guarapuava e Turvo. A cidade mais atingida foi Rio Bonito de Iguaçu, onde houve seis mortes confirmadas e 90% das construções foram danificadas. No total, o estado do Paraná contabilizou cerca **de 750 feridos** e mais de **700 imóveis destruídos**.

Neste contexto, o MD, mediante Requisição de Mobilização do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, mobilizou tropas do Exército em ações de logística humanitária, em pontos de coleta e recebimento de doativos, e disponibilizou barracas para suporte à população e aos operários que atuaram no processo de reconstrução de casas.



Rio Bonito de Iguaçu-PR. Fonte: AEN/GovPR.

SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

A gestão ambiental e territorial no Brasil requer monitoramento contínuo, análises especializadas e integração entre órgãos de diferentes níveis federativos. Em 2025, o MD, por meio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), forneceu informações geoespaciais, dados orbitais e produtos técnicos que subsidiaram ações de planejamento, prevenção de riscos, proteção ambiental e resposta a situações críticas, com destaque para a Amazônia Legal. Os principais resultados produzidos no contexto das ações de proteção territorial e apoio à gestão ambiental foram os seguintes:

Hidrologia e Meteorologia

Em 2025, o Censipam realizou o monitoramento integrado de variáveis hidrológicas e meteorológicas com foco na identificação e antecipação de riscos associados a estiagens, cheias e eventos atmosféricos extremos, especialmente na Amazônia Legal e no Pantanal, regiões mais suscetíveis a impactos sobre a mobilidade, o abastecimento e as condições de vida das populações.

A identificação dessas condições foi realizada por meio da integração de sistemas de monitoramento, com destaque para o [SipamHidro](#), que reúne dados de sensoriamento remoto, estações hidrológicas, pluviometria, descargas elétricas atmosféricas, radares meteorológicos e modelos ambientais. Em 2025, o sistema acompanhou sistematicamente mais de 40 pontos hidrológicos estratégicos, permitindo o monitoramento dos níveis dos principais rios e a evolução das condições hidrometeorológicas em tempo quase real.

As análises possibilitaram identificar situações recorrentes de estiagem e de cheias sazonais, cujos impactos subsidiaram órgãos de defesa civil e gestores públicos na logística humanitária, no planejamento do transporte fluvial, na definição de rotas de abastecimento e na adoção de medidas preventivas em municípios vulneráveis.

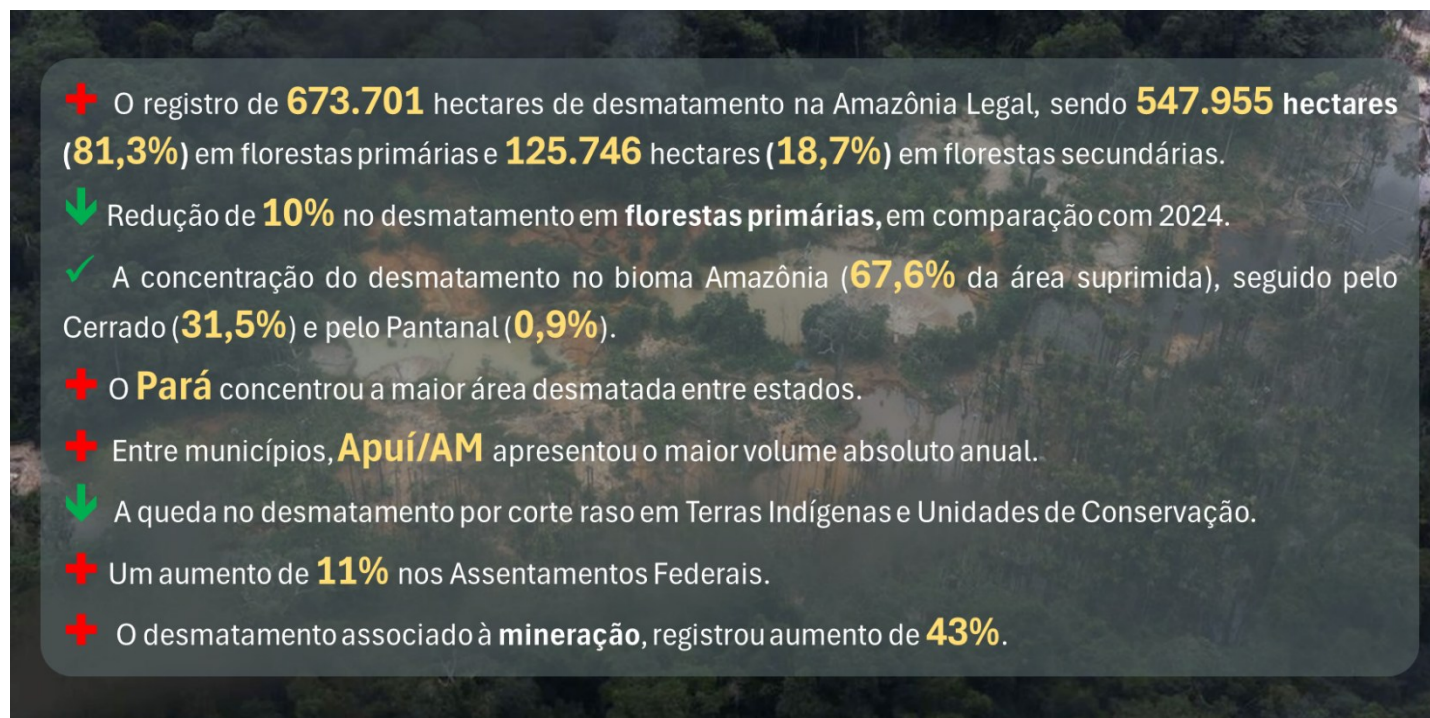
No campo meteorológico, foram identificadas anomalias no regime de chuvas e padrões atmosféricos críticos. Ao longo do ano, o Censipam publicou **12 edições** do [Boletim Climático da Amazônia](#) e produziu mais de **150 mapas meteorológicos e climáticos**, utilizados por órgãos federais, estaduais e municipais para o planejamento e a antecipação de riscos. A capacidade de observação foi ampliada com a entrada em operação do radar meteorológico RMT200, no Centro Regional de Belém, aprimorando a detecção de tempestades e a estimativa de intensidades de chuva.

Fonte: CENSIPAM.

Desmatamento

Em 2025, o Censipam realizou o monitoramento sistemático do desmatamento na Amazônia Legal como instrumento de apoio à proteção territorial e ao enfrentamento de pressões ambientais. A identificação das áreas desmatadas foi realizada por meio do [Boletim de Desmatamento e Ilícitos Ambientais \(BDI\)](#), que integra alertas de plataformas de sensoriamento remoto e análises próprias do Centro. As informações produzidas subsidiaram ações de fiscalização ambiental, planejamento de operações de proteção territorial e priorização de áreas críticas, em apoio a órgãos federais e estaduais responsáveis pela prevenção e repressão a ilícitos ambientais.

No período de janeiro a dezembro de 2025, os dados produzidos subsidiaram a identificação de áreas críticas e o direcionamento de ações de fiscalização ambiental.



Fonte: CENSIPAM.

Combate a Queimadas

Em 2025, o Censipam apoiou o combate a incêndios florestais por meio do monitoramento sistemático de eventos de fogo, com foco na identificação de áreas críticas, análise de padrões sazonais e subsídio à atuação dos órgãos de resposta e fiscalização ambiental.

A identificação dos focos foi realizada principalmente pelo [Painel do Fogo](#), que integra dados de satélites e permite o acompanhamento diário da distribuição espacial dos eventos. Ao longo do ano, foram registrados **107.399 eventos de fogo na Amazônia Legal**, com forte concentração no período seco. Os meses de setembro e outubro apresentaram os maiores volumes, com **19.791** e **25.952** eventos, respectivamente.

As análises evidenciaram diferenças regionais na incidência das queimadas, com destaque para o bioma Cerrado, que concentrou a maior área afetada, seguido pelo bioma Amazônia. Entre os estados mais impactados em termos de área afetada destacaram-se Tocantins e Maranhão.

As informações produzidas foram utilizadas por corpos de bombeiros, defesas civis estaduais, órgãos ambientais e centros de coordenação federal, subsidiando o planejamento e a alocação de efetivos e equipamentos e a priorização de áreas de resposta. Os dados também integraram as rotinas das salas de situação do CIMAN e do CENAD.

Monitoramento de Ilícitos

Em 2025, o Censipam intensificou o monitoramento de atividades ilícitas ambientais na Amazônia Legal, com foco na identificação de indícios de mineração ilegal, ocupações irregulares e estruturas associadas, em apoio à proteção territorial e à atuação interinstitucional do Estado. A identificação dessas atividades foi realizada por meio da análise integrada de imagens de satélite, dados de sensoriamento remoto e bases territoriais oficiais, consolidadas no [Boletim de Desmatamento e Ilícitos Ambientais \(BDI\)](#). No ano, foram identificados **14.111 hectares de desmatamento** associados à **atividade minerária**, dos quais **76,3% (10.762 hectares)** apresentaram **indícios de irregularidade**.

As análises espaciais permitiram identificar **áreas de maior pressão por mineração ilegal**, com destaque para o **estado do Pará** e para o **município de Itaituba (PA)**. Também foram observadas **ocorrências em Unidades de Conservação Federais e Terras Indígenas**, o que possibilitou a priorização de áreas críticas para atuação governamental.

Além da mineração ilegal, foram identificadas pistas de pouso clandestinas e outras estruturas logísticas associadas a ilícitos ambientais, cujos dados subsidiaram o planejamento de ações de fiscalização e operações interagências. As informações produzidas apoiaram operações conjuntas, ações de fiscalização e planejamento territorial em áreas sensíveis da Amazônia Legal.

PARA CONHECER MAIS:

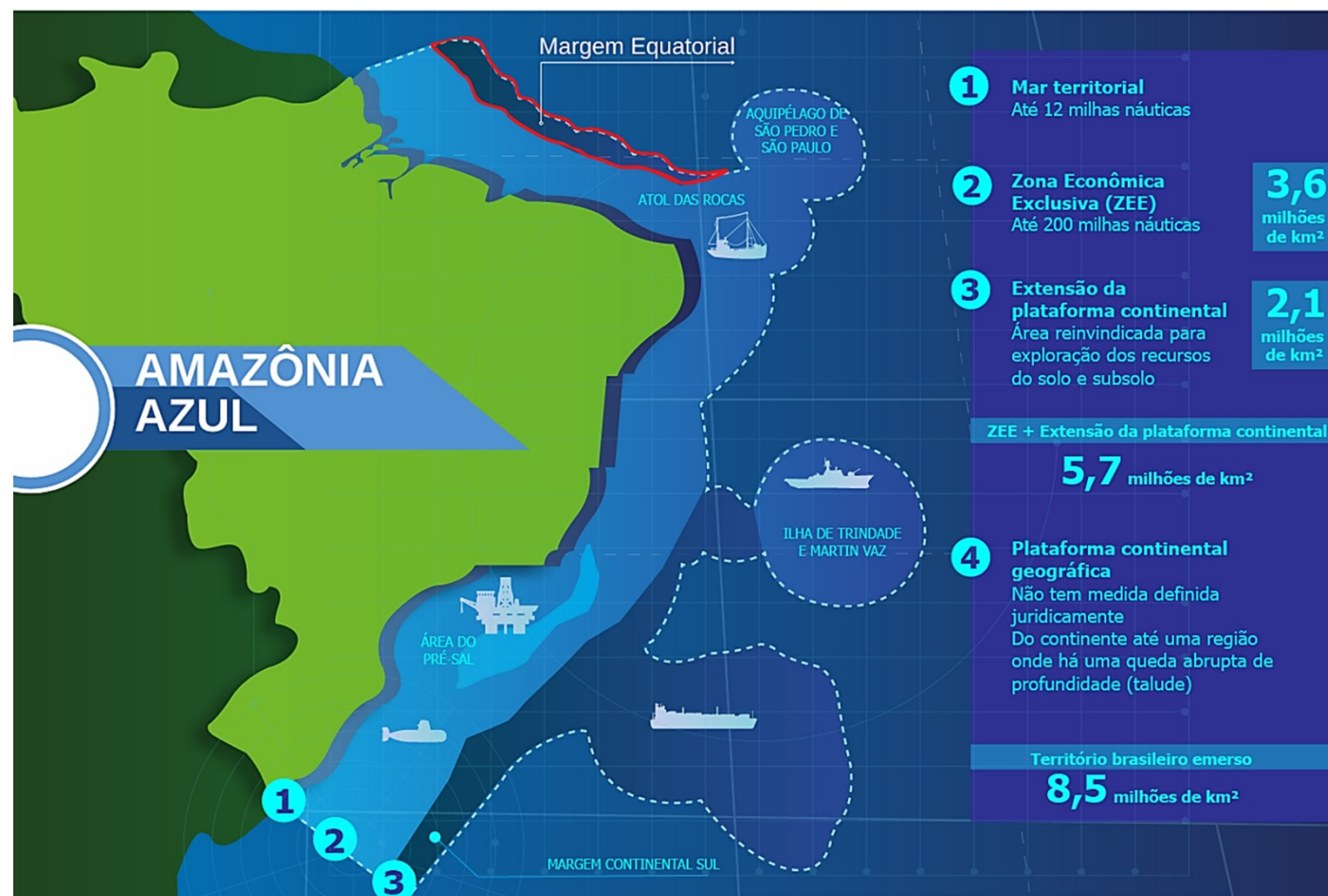
Acompanhe as ações do CENSIPAM para integrar informações e produzir conhecimento atualizado para articular, planejar e coordenar ações governamentais na Amazônia Legal e na Amazônia Azul

**CLIQUE
AQUI**

OCEANO, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

O Brasil possui um litoral de aproximadamente 8.000 km e uma vasta área oceânica com 5,7 milhões de km², denominada “Amazônia Azul”, sendo profundamente dependente do mar, já que cerca de 95% de nosso comércio externo trafega pelas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Nesse contexto, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), órgão deliberativo e de assessoramento coordenado pelo Comandante da Marinha, designado Autoridade Marítima, foram obtidos os seguintes resultados em 2025:

- **No âmbito do Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)**, a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou em março a submissão brasileira para a Margem Equatorial, encaminhada em 08/09/2017 e apresentada na reunião plenária da CLPC em março de 2018. Com a aprovação, conforme a figura ao lado, foi incorporada à nossa Plataforma Continental (PC) uma **área de cerca de 360 mil km²**, em uma região que se estende da **foz do Rio Oiapoque (AP) ao litoral norte do Rio Grande do Norte**, abrangendo as bacias sedimentares da foz do Rio Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. Esse marco fortalece a posição geopolítica do Brasil no Atlântico Sul, que exercerá soberania para fins de exploração e aproveitamento sustentável dos recursos naturais do solo e subsolo marinho na região, garantindo vantagens socioambientais e econômicas de impacto nacional. Ademais, ao longo do ano, também foram



Fonte: SECIRM/Marinha.

realizadas pelos navios da Marinha do Brasil, comissões científicas com o propósito de coletar dados que contribuam para fortalecer a Submissão Parcial Revista da Margem Oriental Meridional, em análise pela CLPC.

- **Na Amazônia Azul**, manteve-se o apoio ao desenvolvimento de pesquisas científicas na Ilha da Trindade no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, por meio de Programas já constituídos e consolidados. Tais atividades, além de permitirem a ampliação do conhecimento, fundamental para conservação e uso sustentável dos ecossistemas insulares, contribuem para a ocupação das ilhas em caráter permanente, condição essa fundamental, à luz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), para o estabelecimento de Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva (ZEE) ao redor das mesmas. Assim, é acrescida uma área marítima, com raio de 200 milhas náuticas, ao redor dessas ilhas, garantindo ao País exclusividade para explorar, explotar, conservar e gerir os respectivos recursos naturais, vivos e não vivos, da massa líquida, do solo e do subsolo marinhos.
- Quanto ao **Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)**, em 2025, o Brasil completou 50 anos de adesão ao Tratado da Antártica, atuando, desde 1983, como membro consultivo, com direito a voto nas questões inerentes ao “Continente Branco”. No que tange as Operações Antárticas (OPERANTAR), em abril foi encerrada a OPERANTAR XLIII e, a partir de outubro, foi iniciada a OPERANTAR XLIV, que ainda está em curso. Ambas contaram com o emprego do Navio Polar Almirante Maximiano e do Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel, além de helicópteros e aeronaves da Aeronáutica, que viabilizaram o deslocamento e suporte a 165 pesquisadores brasileiros, vide o infográfico a seguir.



Fonte: SECIRM/Marinha.

PARA CONHECER MAIS:

Acompanhe as ações e programas da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

CLIQUE AQUI

3.5 FORTALECIMENTO DA CIDADANIA

As ações de fortalecimento da cidadania desenvolvidas pelo Ministério da Defesa abrangem iniciativas sociais, educacionais, esportivas e de qualificação profissional. Em 2025, o MD conduziu programas e projetos voltados à inclusão social, à promoção da cidadania, ao incentivo ao esporte, à formação profissional e ao desenvolvimento sustentável em comunidades menos assistidas que resultaram nas seguintes entregas:

O **Projeto Rondon**, voltado ao fortalecimento da consciência cidadã, atuou em **24 municípios** de Minas Gerais e **12 do Amazonas**, com a participação de **757 universitários** e atendimento a **124.524 cidadãos** em oficinas nas áreas de saúde, educação, cultura, direitos humanos, meio ambiente, tecnologia e comunicação social.



Fonte: SEPESD/MD.

No mesmo eixo de formação e qualificação, o **Projeto Soldado Cidadão (PSC)** capacitou **30.461 jovens egressos do serviço militar** em áreas como motorista profissional, tecnologia da informação, eletricidade, defesa civil, administração, logística e manutenção de equipamentos, contribuindo para a inserção desses profissionais no mercado de trabalho.



Projeto Soldado cidadão



Fonte: SEPESD/MD.

As iniciativas de atendimento social também incluíram o **Programa Forças no Esporte (PROFESP)**, que atendeu **11.255 crianças, adolescentes e jovens** em situação de vulnerabilidade em **50 municípios**, com oferta de alimentação e atividades sociais, educacionais, culturais e esportivas, e o **Projeto João do Pulo (PJP)**, que apoiou **560 pessoas com deficiência** ou em condição de vulnerabilidade por meio de atividades físicas adaptadas e ações de inclusão.



Programa Forças no Esporte (PROFESP)



Fonte: SEPESD/MD.



Fonte: SEPESD/MD.

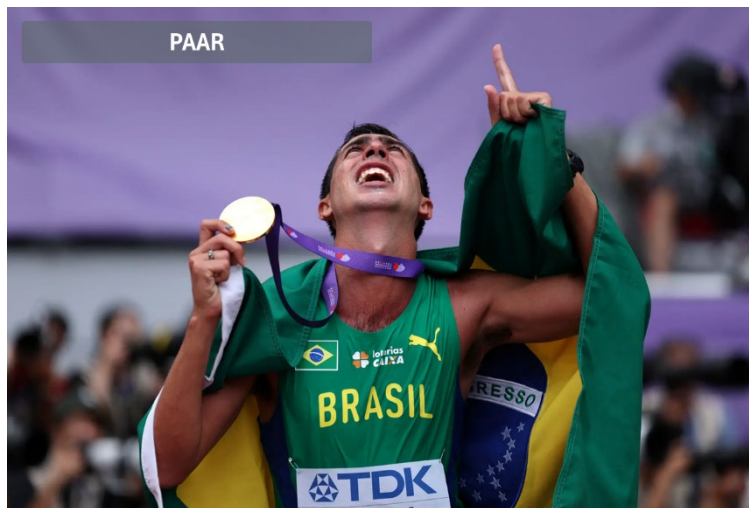
Projeto João do Pulo (PJP)



O MD também apoia o esporte de alto rendimento e o paradesporto oferecendo estrutura de preparação, acompanhamento técnico e condições adequadas para a participação de militares em competições nacionais e internacionais.

O **Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR)** manteve sua função de fortalecer o desporto militar brasileiro e apoiar atletas de alto desempenho. O programa seleciona voluntários por meio de editais das Comissões de Desportos das Forças Singulares, considerando o histórico competitivo dos candidatos, e oferece remuneração, assistência médica e odontológica e acesso à infraestrutura esportiva das organizações militares aos incorporados. Em 2025, o **PAAR superou a meta anual, ao apoiar 465 atletas**, que participaram de diversas competições nacionais e internacionais.

A delegação brasileira integrou os 5º Jogos Mundiais Militares de Inverno, em Lucerna, com dois atletas de escalada esportiva; competiu no 25º Campeonato Mundial Militar de Hipismo, no Cairo, alcançando a 4ª colocação.



PAAR

Fonte: SEPESD/MD.

No 43º Campeonato Mundial Militar de Judô, o Brasil obteve medalhas de ouro individuais e por equipes. A equipe de paraquedismo conquistou medalha de bronze na Formação em Queda Livre Feminina, reforçando o desempenho competitivo do País no cenário esportivo militar internacional.

O Programa do Paradesporto Militar de Alto Rendimento (PPMAR) oferece estrutura e suporte técnico a militares com deficiência, com foco na representação brasileira em competições militares internacionais. O programa atua em cooperação com o Comitê Paralímpico Brasileiro, o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos e a Secretaria Nacional do Paradesporto, garantindo assistência de treinamento, recursos técnicos e acompanhamento especializado. Em 2025, 65 atletas pertencentes ao Programa apresentaram desempenho expressivo, participando pela primeira vez dos Invictus Games, em Vancouver, conquistando o título no vôlei sentado e obtendo posições de destaque na natação. O desempenho também foi significativo no 3º



Fonte: SEPESD/MD.

Brasil no Pódio: Destaques do Desporto Militar em 2025



Torneio Internacional Militar de Vôlei Sentado, em Curitiba, no qual o Brasil sagrou-se campeão invicto, e no 2º Campeonato Mundial Militar de Paratletismo, em Quito, onde os atletas brasileiros conquistaram 20 das 21 medalhas da competição. O conjunto desses resultados consolidou a projeção internacional do paradesporto militar brasileiro e reforçou o papel do MD no desenvolvimento do esporte de alto rendimento, inclusivo e representativo.

3.6 PROGRAMA CALHA NORTE (PCN)

O Programa Calha Norte (PCN), criado em 1985, tem como missão contribuir para a manutenção da soberania nacional, da integridade territorial e para a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável em sua área de atuação.

Atualmente, o Programa executa ações voltadas ao fortalecimento da presença do Estado, mediante a descentralização de recursos orçamentários para unidades militares das Forças Armadas situadas na Amazônia Legal (art. 36 do Decreto nº 12.726, de 2025).

Além disso, o PCN acompanha e vistoria os convênios relativos a obras e à aquisição de equipamentos celebrados com estados e municípios até o exercício de 2024, cujas informações podem ser consultadas no [Painel de Convênios Ativos - DPCN](#).

Em 2025, o PCN realizou **17 missões de vistoria**, abrangendo os **10 estados** com convênios vigentes. As atividades resultaram em deslocamento total superior a **48 mil km**, equivalente a mais de uma volta completa ao redor do globo, e permitiram a inspeção de obras e equipamentos adquiridos no âmbito de **348 convênios**.

Como resultado do acompanhamento sistemático dos convênios — desde a celebração até a vistoria final — foi possível concluir, em 2025, **380 prestações de contas**, correspondentes a **25,6% dos 1.483 convênios** que se encontravam ativos no início do exercício. Desse total, **257** referem-se a obras e serviços de engenharia e **123** à aquisição de equipamentos.

PARA CONHECER MAIS:

Acompanhe mais detalhes sobre as principais realizações do Programa Calha Norte - Militar (PCN) ao longo do exercício financeiro de 2025.

CLIQUE
AQUI



4 Nossos recursos

DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE



Este capítulo apresenta uma visão consolidada dos recursos do Ministério da Defesa no exercício de 2025, abrangendo os aspectos orçamentários, financeiros, patrimoniais, contábeis e de pessoal, bem como aqueles relacionados ao Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, com o objetivo de evidenciar a forma como esses recursos foram planejados, executados e administrados para o cumprimento das competências institucionais da Pasta.

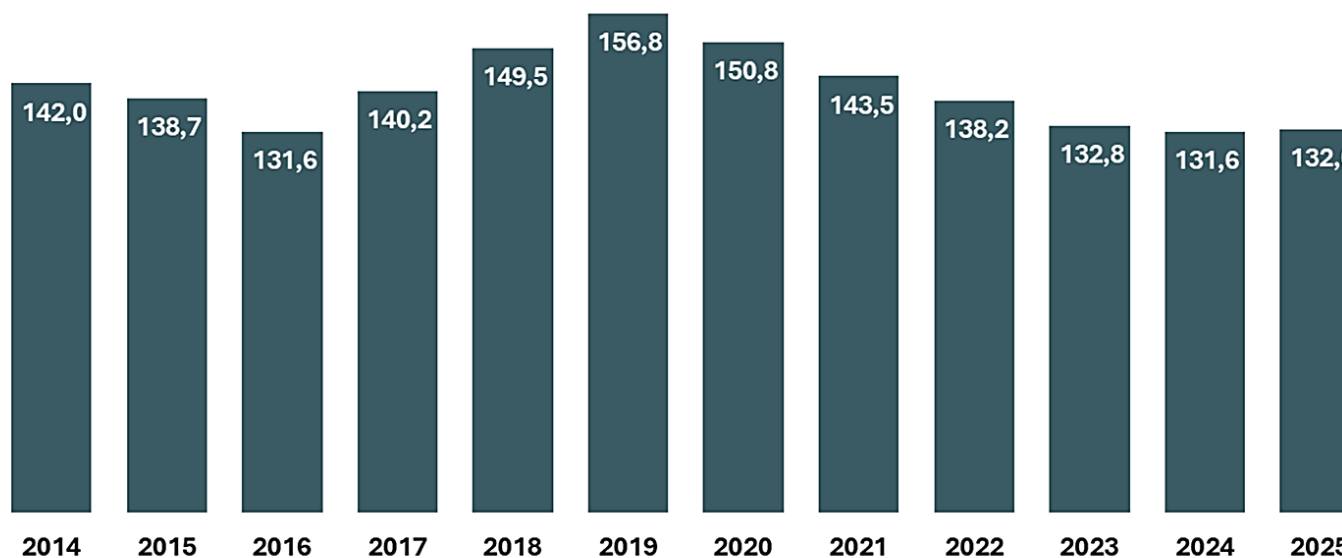
4.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A gestão orçamentária e financeira do MD em 2025 é retratada sob as perspectivas da formação do orçamento, da alocação das dotações e da execução das despesas, evidenciando os condicionantes fiscais, a composição dos gastos e o comportamento das principais rubricas.

FORMAÇÃO DO ORÇAMENTO

A figura a seguir apresenta o comportamento do orçamento autorizado ao MD ano a ano, no período de 2014 a 2025, em valores corrigidos pelo IPCA.

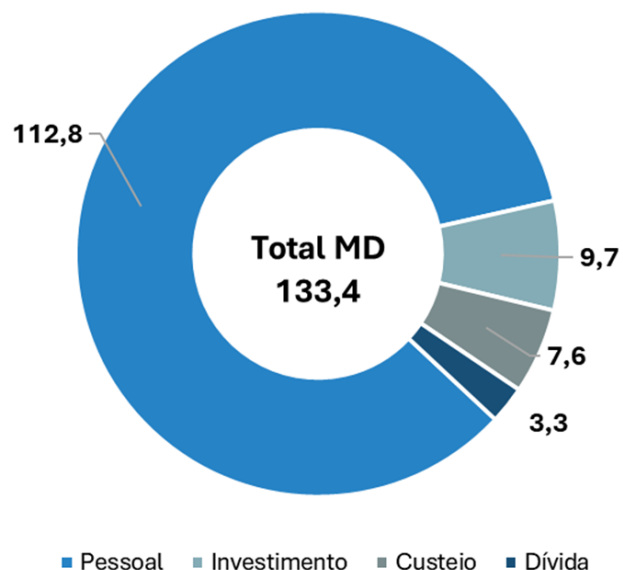
HISTÓRICO ORÇAMENTO MD 2014-2025
(Valores empenhados de 2014 a 2024 - corrigidos pelo IPCA - R\$ Bilhões)



Fonte: SIOP, 31/01/2026.

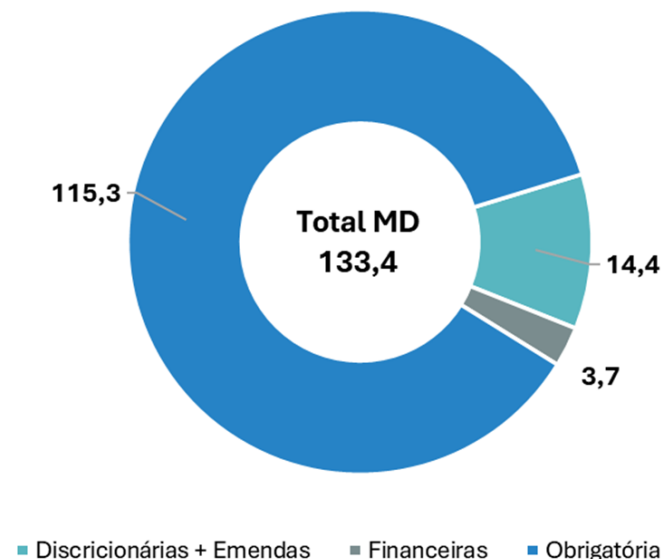
A seguir, apresentam-se as dotações finais do MD, que atingiram R\$ 133,4 bilhões em 2025, contemplando todas as unidades do Ministério, inclusive os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A distribuição dessas dotações é detalhada por Grupo de Natureza de Despesa (GND) e por identificador de resultado primário.

Dotação final do MD por GND – 2025 (R\$ Bilhões)



Fonte: SIOP, 31/01/2026.

Dotação final do MD por Identificador de Resultado Primário – 2025 (R\$ Bilhões)



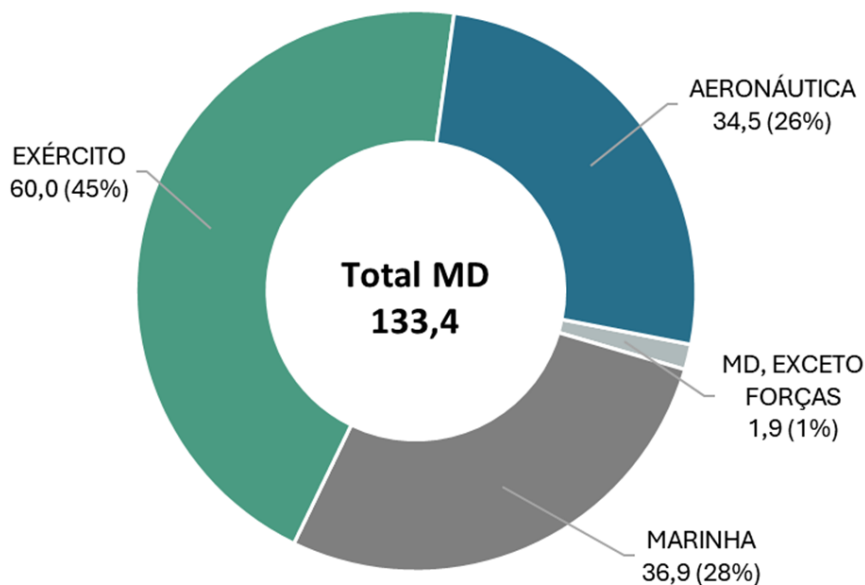
Fonte: SIOP, 31/01/2026.

Pessoal: 84,5% (Pagamento de pessoal, incluindo benefícios aos militares e servidores, e encargos sociais)
Investimento: 7,3% (Dotação destinada aos Projetos Estratégicos de Defesa, aquisições e obras)
Custeio: 5,7% (Destinado à manutenção das organizações militares, aprestamento das Forças, operações conjuntas, ações de cooperação para o desenvolvimento nacional etc.)
Dívida: 2,5% (Dotação para o pagamento de dívidas contratuais)

A dotação final distribuída por unidade orçamentária, evidenciando a participação do MD e da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, no montante autorizado em 2025, é apresentada na tabela a seguir.

Dotação por Unidade Orçamentária (UO)

(R\$ Bilhões)



Fonte: SIOP, 31/01/2026.

Participação no montante do orçamento final autorizado:

Unidades Orçamentárias afetas ao MD, exceto Forças: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta; 52901 - Fundo do Ministério da Defesa; 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas; e 52903 - Fundo do Serviço Militar.

Unidades Orçamentárias afetas à Marinha: 52131 - Comando da Marinha; 52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; 52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM; 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL; 52931 - Fundo Naval; e 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.

Unidades Orçamentárias afetas ao Exército: 52121 - Comando do Exército; 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL; 52222 - Fundação Osório; e 52921 - Fundo do Exército.

Unidades Orçamentárias afetas à Aeronáutica: 52111 - Comando da Aeronáutica; 52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica; e 52911 - Fundo Aeronáutico.

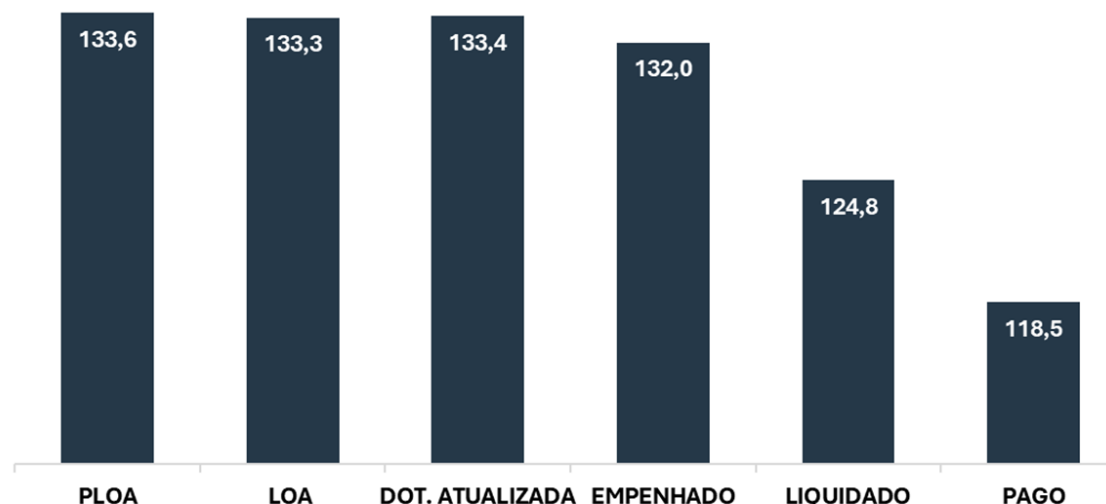
A concentração verificada no Exército se deve ao fato de ser a maior Força, em termos de contingente e de capilaridade.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A seguir, apresenta-se uma visão geral da execução do orçamento do MD em 2025, contemplando todas as despesas do MD e dos Comandos Militares.

Em 2025, a dotação orçamentária prevista no PLOA para o MD foi de R\$ 133,6 bilhões. Após sua tramitação no Congresso Nacional, foi aprovada a Lei n.º 15.121, de 2025 (LOA 2025), destinando R\$ 133,3 bilhões ao MD. Com os créditos adicionais que foram publicados ao longo do exercício, incluídos cancelamentos, suplementações e créditos extraordinários, a dotação final atingiu R\$ 133,4 bilhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MD 2025 (R\$ Bilhões)



Fonte: SIOP, 31/01/2026.

No detalhamento da execução orçamentária por função, são evidenciadas as áreas de atuação em que os recursos das Unidades do MD foram alocados e os montantes executados. Destaque-se a Defesa Nacional, competência institucional do MD, na qual a maioria do orçamento fica concentrada.

FUNÇÃO GOVERNO	Execução das Despesas Agrupadas por Funções de Governo - 2025					
	PLOA	LOA INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
05 - Defesa Nacional	94.524,1	94.263,1	98.183,2	97.670,0	90.537,3	86.566,6
09 - Previdência Social	3.657,5	3.657,5	3.976,8	3.954,3	3.954,2	3.666,4
28 - Encargos Especiais	30.037,4	30.037,4	31.143,7	30.400,4	30.352,3	28.233,7
99 - Reserva de Contingência	5.363,8	5.363,8	114,5	0,0	0,0	0,0
TOTAL MD	133.582,7	133.321,8	133.418,2	132.024,8	124.843,8	118.466,8

Fonte: SIOP, 31/01/2026.

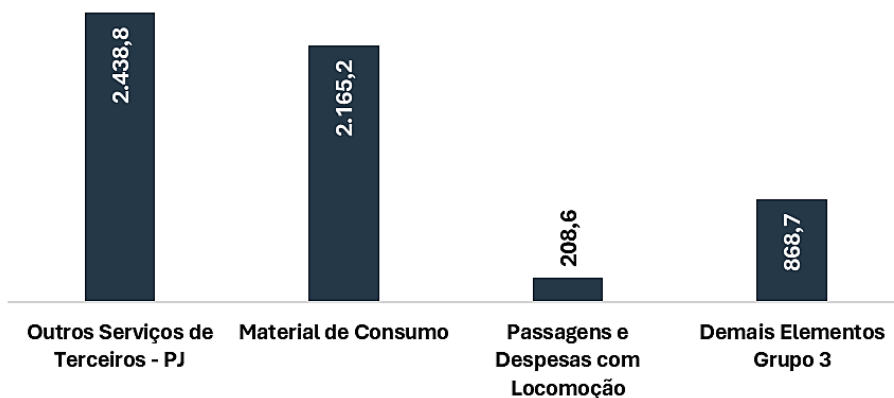
A seguir, é detalhado o orçamento do MD por Identificador de Resultado Primário e por Grupo de Natureza de Despesa. De forma geral, observa-se forte concentração nas despesas obrigatórias, uma vez que esses recursos são destinados, principalmente, ao pagamento de pessoal ativo, aposentadorias, benefícios de servidores e pensionistas, entre outras despesas de caráter obrigatório. Em relação às despesas discricionárias, verifica-se aumento da dotação atualizada em comparação com a Lei Orçamentária Anual (LOA) inicial, decorrente, sobretudo, dos efeitos da Lei Complementar nº 221/2025, que possibilitou a ampliação das programações discricionárias, incluindo investimentos destinados a projetos estratégicos e ao Novo PAC.

R\$ Milhões						
Execução das Despesas Agrupadas por Tipo de Despesa 2025						
TIPO DE DESPESA	PLOA	LOA INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Obrigatórias	115.558,8	115.558,8	115.320,3	114.941,9	112.148,1	105.838,1
Pessoal	97.662,2	97.662,2	100.749,4	100.393,3	100.368,9	94.543,1
Custeio	12.962,3	12.962,3	12.920,9	12.896,6	10.705,7	10.252,8
Investimento	1.548,8	1.548,8	1.650,1	1.652,0	1.073,4	1.042,2
Reserva de Contingência	3.385,5	3.385,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Discricionárias RP 2 e RP 3	12.803,5	12.315,7	14.161,5	13.908,5	9.673,5	9.618,4
Custeio	5.996,3	5.788,2	5.750,3	5.681,2	3.678,8	3.642,3
Investimento	6.807,2	6.527,5	8.411,2	8.227,3	5.994,7	5.976,1
Emendas	0,0	226,9	218,1	214,4	73,1	63,3
Custeio	0,0	52,2	57,9	57,3	23,2	19,2
Investimento	0,0	174,6	160,1	157,1	49,9	44,1
Financeiras	5.220,5	5.220,5	3.718,4	2.960,1	2.949,1	2.947,0
Pessoal	255,5	255,5	273,0	265,6	265,6	263,7
Investimento	5,0	5,0	5,0	5,0	1,5	1,3
Dívida	2.981,6	2.981,6	3.325,8	2.689,5	2.682,0	2.682,0
Reserva de Contingência	1.978,3	1.978,3	114,5	0,0	0,0	0,0
TOTAL MD	133.582,7	133.321,8	133.418,2	132.024,8	124.843,8	118.466,8

Fonte: SIOP, 31/01/2026.

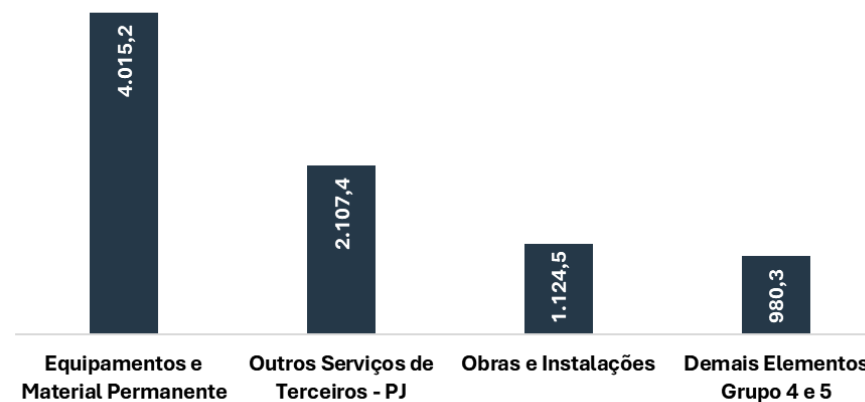
As figuras a seguir apresentam o montante de despesas primárias discricionárias referentes a custeio e investimento empenhadas no ano de 2025, tanto as abrangidas pelo PAC – RP3 quanto as demais discricionárias – RP2.

**Despesas Discricionárias Empenhadas em 2025 -
CUSTEIO (R\$ Milhões)**



Fonte: SIOP, 31/01/2026.

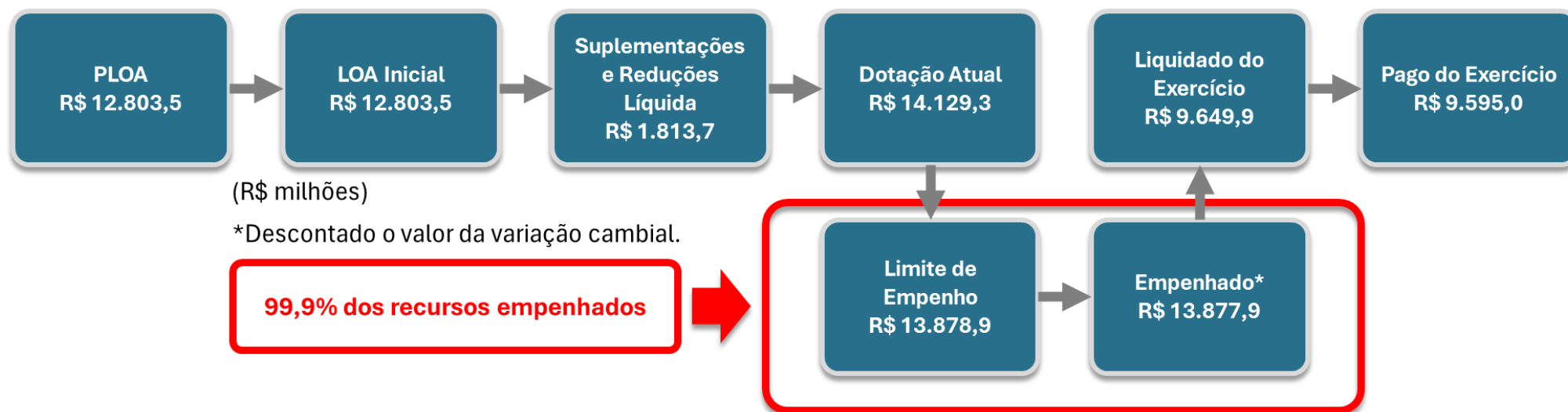
**Despesas Discricionárias Empenhadas em 2025 -
INVESTIMENTO (R\$ Milhões)**



Fonte: SIOP, 31/01/2026.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

A dotação inicial consignada na LOA 2025 ao MD para atendimento das despesas discricionárias foi de R\$ 12,3 bilhões. Em razão do cenário fiscal restritivo e em observância aos limites estabelecidos pelo Novo Arcabouço Fiscal, foram realizados cancelamentos de dotações ao longo do exercício. Entretanto, com a publicação da Lei Complementar nº 221/2025, foi viabilizado, ao final do exercício, um aporte adicional em dotações voltadas a projetos estratégicos, no patamar de R\$ 2,5 bilhões, resultando em um crescimento líquido da LOA de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão. Quanto à execução do orçamento discricionário, praticamente toda a dotação autorizada foi empenhada, com 99,9% dos recursos disponíveis utilizados, conforme evidenciado na figura a seguir.



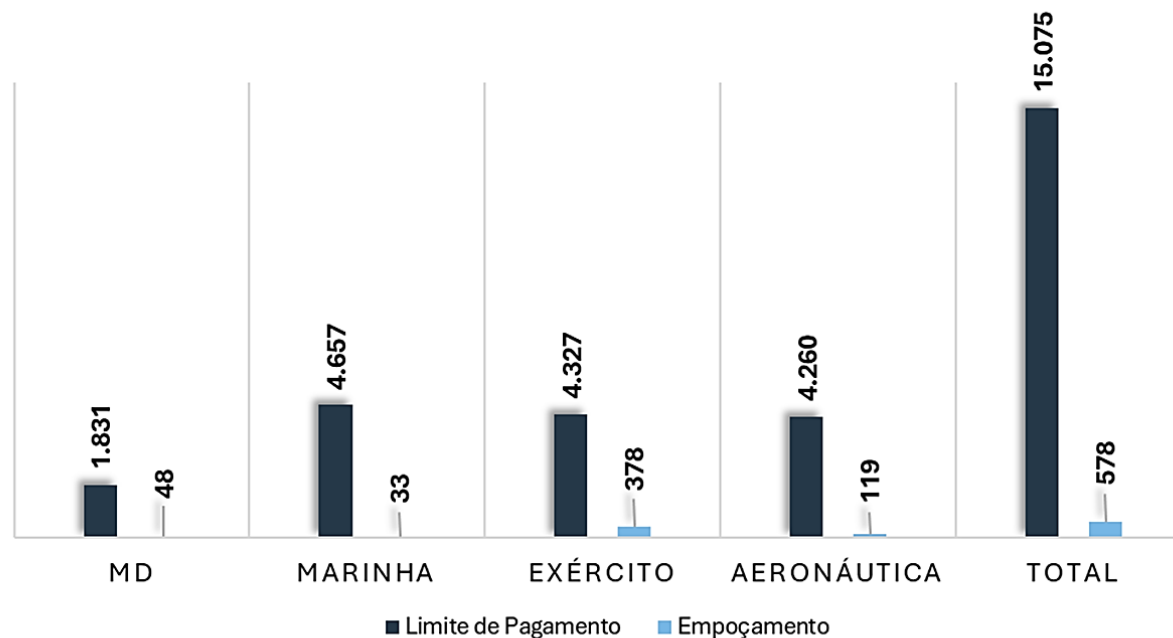
Fonte: SIOP, 31/01/2026.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

Despesas Discricionárias

A figura a seguir apresenta os Limites de Pagamento (LP) e o Empoçamento das Despesas Discricionárias em 2025, recursos orçamentários autorizados que não foram efetivamente gastos. Consta-se que 96,2% do LP disponibilizado ao MD em 2025 para as despesas discricionárias foram efetivamente utilizados, enquanto o empoçamento manteve em 2025 a mesma relação do ano anterior, apresentando um baixo volume (3,8%), em relação ao volume de recursos disponibilizados para pagamento dentro do exercício.

LIMITES DE PAGAMENTO E EMPOÇAMENTO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS 2025 (R\$ Milhões)



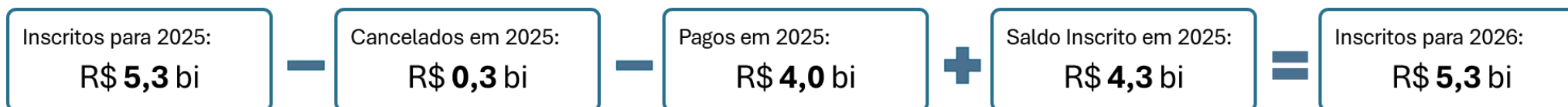
Fonte: SIAFI, 31/12/2025.

Restos a Pagar – Visão Geral

A figura a seguir apresenta a execução dos Restos a Pagar (RAP) em 2025 das despesas discricionárias de todas as unidades do MD. Ressalta-se que os dados sobre inscrições para 2026 são uma previsão, uma vez que as informações oficiais sobre RAP ainda serão publicadas no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2026. Isso posto, observa-se que os Restos a Pagar a serem inscritos para o exercício de 2026 guardam correlação com o patamar dos registrados em 2025.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR EM 2025 E PREVISÃO PARA 2026

(Todas as unidades do Ministério da Defesa)



Fonte: SIAFI, 31/12/2025.

Execução de Créditos Extraordinários em 2025

No início do exercício de 2025, foi reaberto o saldo de dotação não empenhada em 2024 do crédito extraordinário autorizado pela Medida Provisória nº 1.258, de 2024, destinado ao combate e à prevenção de incêndios florestais (Operação Tucumã). Posteriormente, foi editada a Medida Provisória nº 1.298, de 2025, que autorizou a abertura de crédito extraordinário com a finalidade de custear despesas relativas ao apoio da Aeronáutica no transporte de brasileiros deportados dos Estados Unidos da América para suas cidades de origem no Brasil. Ao todo, para atender a essas duas operações, foram empenhados, em 2025, cerca de R\$ 26,74 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir, que apresenta a execução dos créditos extraordinários autorizados no exercício.

Créditos Extraordinários em 2025

R\$ Milhões

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Portaria GM/MPO nº 11, de 2025 (Reabertura MP nº 1.258, de 2024)	18,15	13,15	10,07	9,90
Medida Provisória nº 1.298, de 2025	13,99	13,59	13,55	13,52
TOTAL MD	32,14	26,74	23,62	23,43

Fonte: SIAFI, 31/12/2025.

4.2 PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS

As informações a seguir evidenciam a situação contábil e patrimonial do MD em 2025, apresentando os principais fatos contábeis ocorridos no exercício, a composição e a evolução dos ativos e passivos, bem como seus reflexos sobre o desempenho patrimonial, tendo como referência as Demonstrações Contábeis Consolidadas e as respectivas Notas Explicativas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas são elaboradas em consonância com os dispositivos da [Lei nº 4.320, de 1964](#); do [Decreto-Lei nº 200, de 1967](#); do [Decreto nº 93.872, de 1986](#); da [Lei nº 10.180, de 2001](#); e da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#). Observam, ainda, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Tais Demonstrações foram emitidas em nível de consolidação de “Órgão Superior” e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos, conforme apresentado a seguir.

Ministério da Defesa – Composição	
MD	Ministério da Defesa, exceto Comandos Militares
Comando da Marinha	Caixa de Construções de Casas para Pessoal da Marinha do Brasil
	Fundo Naval
	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
Comando do Exército	Indústria de Material Bélico do Brasil
	Fundação Osório
	Fundo do Exército
Comando da Aeronáutica	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
	Fundo Aeronáutico

EVIDENCIAÇÃO DA SITUAÇÃO E DO DESEMPENHO PATRIMONIAL NO EXERCÍCIO

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial Consolidado do MD evidencia os Ativos, os Passivos e o Patrimônio Líquido e sua evolução em 2025 em relação a 2024.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Em síntese, consideram-se “Circulante” aqueles bens, direitos e obrigações realizáveis ou exigíveis até o término do exercício seguinte; o “Não Circulante”, em consequência, após esse período.

Balanço Patrimonial				R\$ milhares
	Dez/2025	Dez/2024	AH (%)	AV (%)
Ativo (I)	475.401.722	461.961.948	2,91	100,00
Ativo Circulante	52.946.602	49.479.443	7,01	11,14
Ativo Não Circulante	422.455.120	412.482.505	2,42	88,86
Passivo Exigível (II)	921.016.827	890.008.792	3,48	100,00
Passivo Circulante	78.969.168	68.049.197	16,05	8,57
Passivo Não Circulante	842.047.659	821.959.595	2,44	91,43
Patrimônio Líquido	-455.615.104	-428.046.844	6,44	

Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

AH - Análise Horizontal: Comparação entre os exercícios de 2025 e 2024 (Vide Glossário).

AV - Análise Vertical: Quanto o item representa em relação ao todo (Vide Glossário).

ATIVO

Ativo Circulante

O Ativo Circulante representa 11,14% do total do Ativo, ou seja, cerca de R\$ 52,95 bilhões, cuja composição está detalhada na tabela a seguir.

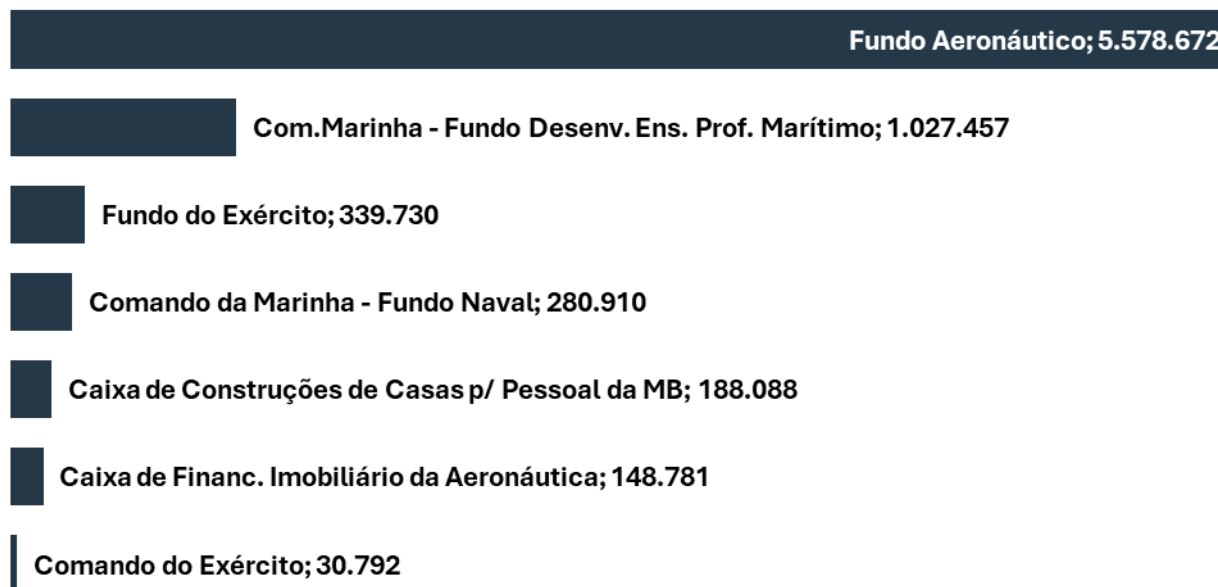
O item “CTU – Recursos da Conta Única Aplicados”, que representa os recursos da Conta Única arrecadados em fontes próprias em processo de aplicação financeira, no montante de R\$ 7,59 bilhões, representa 25,09% do total do subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

Ativo Circulante				R\$ milhares
	Dez/2025	Dez/2024	AH (%)	AV(%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.270.679	29.097.748	4,03	57,17
Créditos a Curto Prazo	3.180.727	2.001.273	58,94	6,01
Estoques	19.494.769	18.380.328	6,06	36,82
VPDs Pagas Antecipadamente	427	94	354,26	0,00
Total	52.946.602	49.479.443	7,01	100,00

Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

A distribuição do item mais relevante pode ser assim demonstrada pelo gráfico a seguir:

Aplicações Financeiras - Conta Única Dez/2025 (R\$ Milhares)



Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

Estoques

Os Estoques representam os materiais de consumo em almoxarifado, as importações em andamento e os materiais em trânsito. A tabela a seguir apresenta a composição do subgrupo “Estoques” por Órgão.

Estoques				R\$ Milhares	
Órgão	Dez/2025	Dez/2024	AH (%)	AV (%)	
Ministério da Defesa	23.976,3	22.093,3	8,5	0,1	
Comando da Marinha	2.449.246,4	2.830.727,6	-13,5	12,6	
Comando do Exército	3.744.720,3	3.407.162,4	9,9	19,2	
Comando da Aeronáutica	13.276.825,7	12.120.344,4	9,5	68,1	
Total	19.494.768,7	18.380.327,7	6,1	100,0	

Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

O subgrupo Estoques apresentou variação positiva de 6,06% em relação ao período anterior, sendo que o Comando da Aeronáutica apresentou o maior valor registrado, correspondendo a 68,10% do total.

Estoques - Composição Dez/2025 (R\$ Milhares)



Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante representa 88,86% do total do Ativo, ou seja, cerca de R\$ 422,46 bilhões em valores absolutos.

Ativo Não Circulante					R\$ milhares
Composição	Dez/2025	Dez/2024	AH (%)	AV (%)	
Ativo Realizável a Longo	2.415.406	1.496.361	61,42	0,57	
Investimentos	4.873	4.873	0,00	0,00	
Imobilizado	418.177.938	403.624.511	3,61	98,99	
Intangível	1.856.903	7.356.759	-74,76	0,44	
Ativo Não Circulante	422.455.120	412.482.504	2,42	100,00	

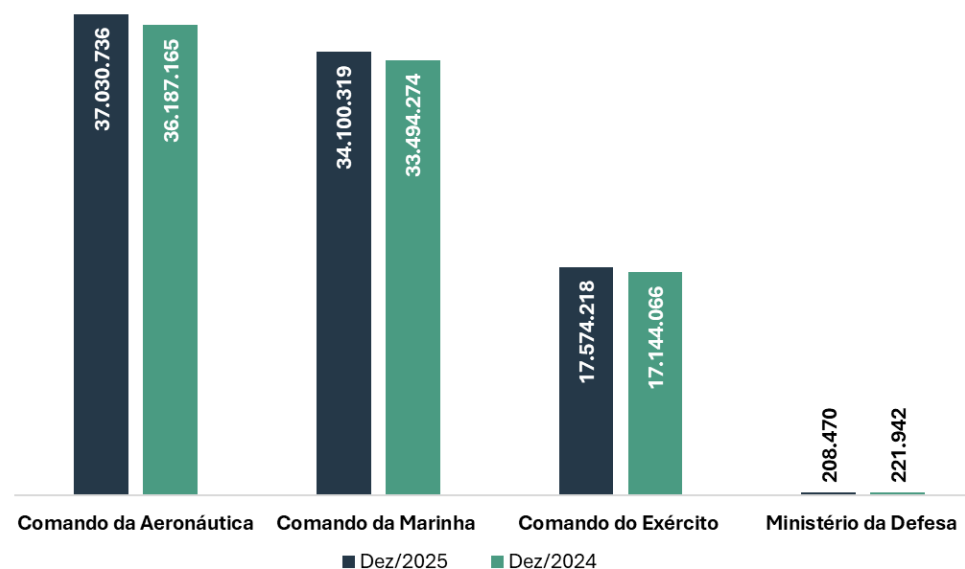
Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

Imobilizado

O Ativo Imobilizado abrange os direitos que tenham por objeto bens corpóreos mantidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, sendo classificados em bens móveis e imóveis.

Ativo Imobilizado - Bens Móveis por Órgão

(Em R\$ milhares)



Em Valores Contábeis Líquidos.

Fonte: SIAFI, 18/01/2026.

Ao final do exercício de 2025, o item “Bens Móveis” totalizava o valor líquido de R\$ 88,91 bilhões e uma variação positiva de 2,14% no agregado em relação ao período anterior.

Bens Móveis - Composição (Em R\$ milhares)



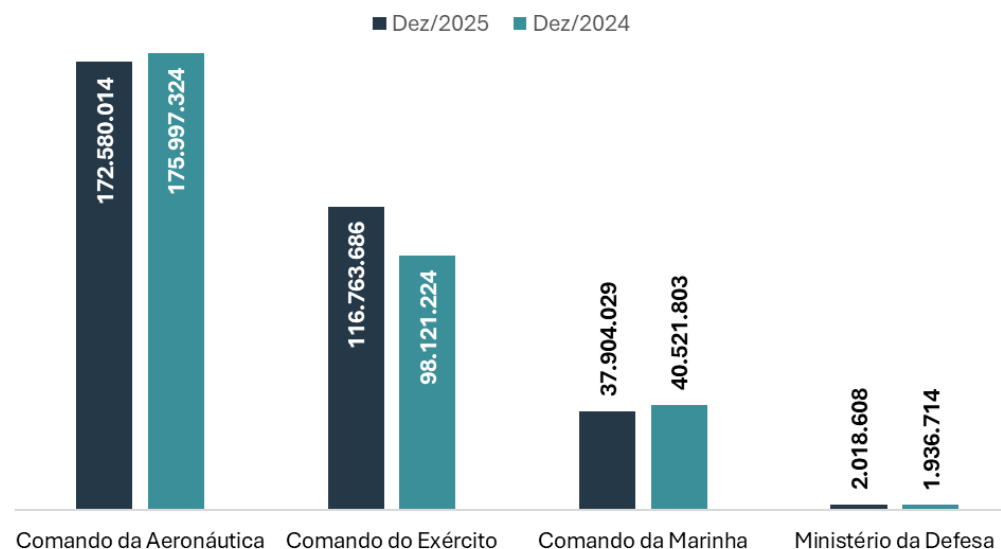
Em Valor Contábil Líquido

Fonte: SIAFI, 18/1/2026.

O item “Veículos” representa 34,86% do subgrupo e apresentou variação negativa de 1,70% em relação ao período anterior, sendo que o Comando da Marinha apresentou o maior valor registrado, no montante de R\$ 18,13 bilhões, correspondendo a 50,04% do total.

Em 31/12/2025, o item “Bens Imóveis” totalizava R\$ 329,27 bilhões, distribuídos conforme detalhado na figura a seguir.

Ativo Imobilizado - Bens Imóveis por Órgão (Em R\$ milhares)



Em Valores Contábeis Líquidos.
Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

O Comando da Aeronáutica é o órgão que apresenta o maior valor registrado no item de “Bens Imóveis” (52,41%) seguido do Comando do Exército (35,46%). Tal situação decorre do ritmo do processo de reavaliação dos bens nos últimos exercícios.

Os “Bens de Uso Especial”, tais como, “Aquartelamento”, “Edifícios” ou “Terrenos e Glebas” destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública, representam 95,32% do total do item. Esses bens são segregados conforme sua forma de registro.

Os maiores valores são os dos “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, ferramenta de apoio à administração dos imóveis de uso especial da União. Esses bens representam 95,19% do total dos bens imóveis.

Bens Imóveis - Composição (Em R\$ milhares)

Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet; 313.369.456

Bens Imóveis em Andamento; 14.318.739

Demais Bens Imóveis; 1.576.000

Em Valor Contábil Líquido.

Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

No grupo que compõe os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, o saldo mais relevante corresponde ao item “Aquartelamentos”, que reúne os quartéis, bases e fortes militares. Este item representou, no período, 48,10% do total do grupo e registrou variação positiva de 3,87% em relação ao período anterior.

Aquartelamento (Em R\$ milhares)

Comando do Exército; 77.533.411

Comando da Aeronáutica; 62.492.717

Comando da Marinha; 10.993.381

Em Valor Contábil Líquido.

Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

Passivo

Passivo Exigível

O Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) apresentou um saldo no final do exercício de 2025 no montante de R\$ 921,02 bilhões, com uma variação positiva de 3,48% em relação ao exercício anterior. A tabela abaixo apresenta a composição do total do Passivo.

Passivo Exigível				R\$ milhares	
Composição	Dez/2025	Dez/2024	AH (%)	AV (%)	
Obrigações Trab. Prev. E Assist a Pagar	5.418.088	5.248.261	3,24	0,59	
Empréstimos e Financiamentos	23.197.697	22.081.891	5,05	2,52	
Fornecedores e Contas a Pagar	436.486	481.087	-9,27	0,05	
Obrigações Fiscais	2.844	2.933	-3,03	0,00	
Transferências Fiscais	21.049	55.643	-62,17	0,00	
Provisões	886.223.378	856.065.050	3,52	96,22	
Demais Obrigações	5.716.758	6.073.163	-5,87	0,62	
Resultado Diferido	527	764	-31,02	0,00	
Total Passivo Exigível	921.016.827	890.008.792	3,48	100,00	

Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

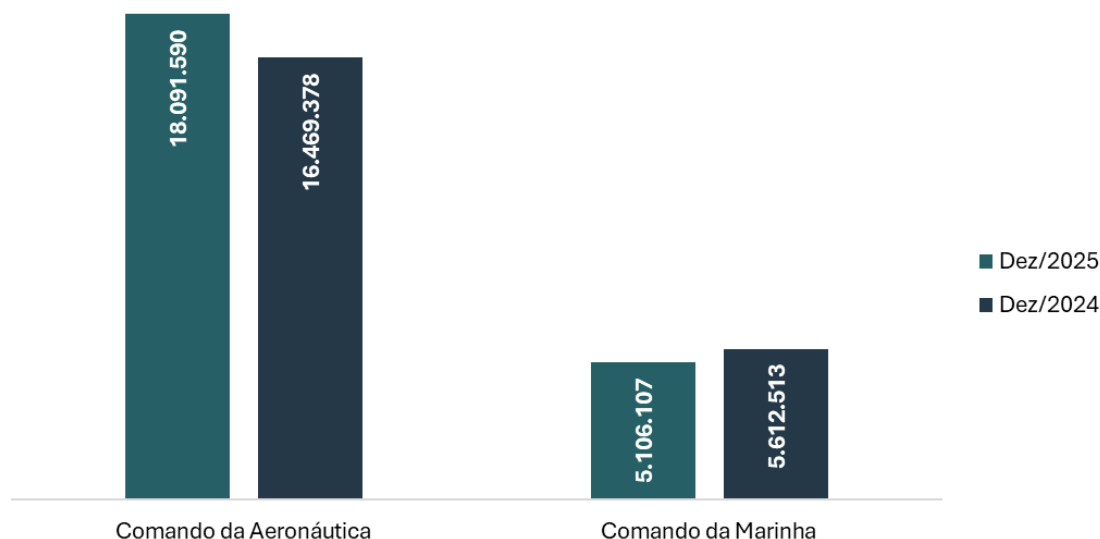
Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com fornecedores.

Ao final do quarto trimestre de 2025, o subgrupo Empréstimos e Financiamentos totalizava R\$ 23,20 bilhões, correspondentes a 2,52% do Passivo Exigível, conforme a distribuição por órgão ilustrada na figura a seguir.

Empréstimos e Financiamentos - Curto e Longo Prazos por Órgão

(Em R\$ milhares)



Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

Quanto à exigibilidade, o montante de R\$ 18,10 bilhões, correspondente a 77,99% do total, encontrava-se no longo prazo, enquanto R\$ 5,11 bilhões (22,01%) referiam-se a empréstimos e financiamentos com vencimento em curto prazo em 31/12/2025, conforme detalhado na tabela a seguir.

O item com os valores mais expressivos é o de “Financiamentos de Longo Prazo - Externo” que apresentava saldo de R\$ 19,93 bilhões, representado, principalmente, pelo financiamento do Projeto H-X-BR (aeronave H-225M e garantia da transferência de tecnologia) e do Projeto F-X2

Empréstimos e Financiamentos						R\$ milhares
Exigibilidade	Composição	Dez/2024	Dez/2023	AH (%)	AV (%)	
Curto Prazo	Financiamentos a Curto Prazo - Externo	3.250.862	3.122.777	4,10	14,01	
	Financiamentos a Curto Prazo - Interno	11.252	26.893	-58,16	0,05	
Longo Prazo	Financiamentos a Longo Prazo - Externo	19.926.931	18.911.330	5,37	85,90	
	Financiamentos a Longo Prazo - Interno	8.652	20.892	-58,59	0,04	
Total		23.197.697	22.081.891	5,05	100,00	

Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

(aquisição de 36 aeronaves de caça multiemprego sendo 28 do tipo monoposto e 8 do tipo biposto), no montante de R\$ 16,58 bilhões no Comando da Aeronáutica, que representa 83,23% do total desse grupo.

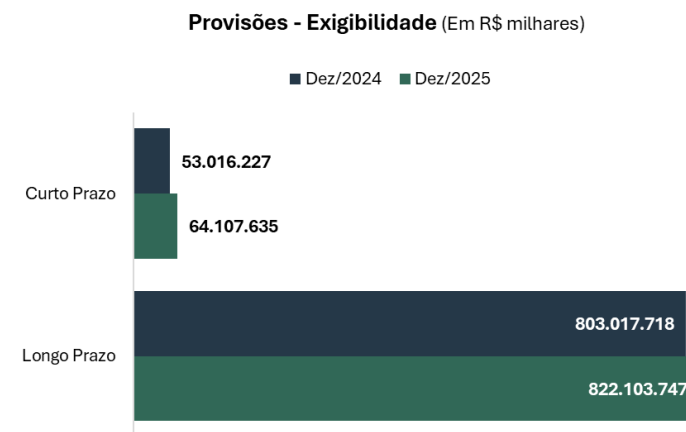
Passivo - Provisões do Sistema de Proteção dos Militares das Forças Armadas

As provisões são passivos de prazo ou de valor incertos. Seu reconhecimento ocorre quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável de seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. Nesse sentido, nas Demonstrações Contábeis, as provisões estão segregadas em curto e longo prazo e seu detalhamento pode ser demonstrado conforme a tabela a seguir.

Provisões - Curto e Longo Prazos - Composição				R\$ Milhares	
	Dez/2025	Dez/2024	AH (%)	AV (%)	
Provisões a Curto Prazo	64.107.635	53.016.227	20,92	7,23	
Provisão de Benefícios c/Militares Inativos	28.086.268	31.615.687	40,01	3,17	
Provisão de Pensões Militares	34.561.046	20.060.028	9,32	3,9	
Provisão de Pensões Especiais/Forças Armadas	958.356	896.528	6,9	0,11	
Provisão de Anistiados das Forças Armadas	501.965	443.984	13,06	0,06	
Provisões a Longo Prazo	822.103.747	803.017.718	2,38	92,77	
Provisão de Benefícios c/Militares Inativos	358.250.537	457.056.817	7,23	40,42	
Provisão de Pensões Militares	451.865.689	334.094.620	-1,14	50,99	
Provisão de Pensões Especiais/Forças Armadas	6.754.839	7.421.470	-8,98	0,76	
Provisão de Anistiados das Forças Armadas	5.232.682	4.444.812	17,73	0,59	
Total	886.211.381	856.033.945	3,53	100,00	

Fonte: SIAFI, 27/01/2026.

Conforme os dados apresentados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2025, foram apurados, nos cálculos atuariais, passivos de R\$ 886,21 bilhões, montante que representa um acréscimo de R\$ 30,18 bilhões, ou 3,53% em relação ao período anterior, conforme demonstrado no gráfico seguinte.



Fonte: SIAFI, 03/02/2026.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (Órgão Superior)	Código do Órgão
MINISTÉRIO DA DEFESA	52000

A presente declaração refere-se às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa e suas Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2025.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 02.01.35 – Conformidade Contábil presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

De acordo com as análises realizadas no balancete contábil, nas demonstrações contábeis e nos auditores contábeis do SIAFI, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2025, dos órgãos superiores do Ministério da Defesa, refletem, em seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta Declaração.

Local	Brasília/DF
Contador Responsável	Antônio Luiz Almeida

Data	4/2/2026
CRC nº	011766/0-8

PARA CONHECER MAIS:

Acompanhe a íntegra das Demonstrações Contábeis Consolidadas do MD, referentes a 2025 e as respectivas Notas Explicativas.

**CLIQUE
AQUI**

4.3 PESSOAL

A força de trabalho do Ministério da Defesa é composta por militares das três Forças Armadas e por servidores públicos, regidos por leis específicas e normas complementares.

Os militares têm suas obrigações, deveres, direitos e prerrogativas delineados pelo respectivo Estatuto (Lei nº 6.880/1980, alterada pela MP nº 2215-10, de 2001 e pela Lei nº 13.954, de 2019) e por outras normas complementares. Esses militares são homens e mulheres com a peculiaridade de estarem inteiramente dedicados ao serviço da Pátria, **que a defendem, se necessário, com o sacrifício da própria vida.**

Além da mencionada singularidade, a carreira militar possui outras características: inexistência de limitação de número de horas diárias de trabalho, não incidência de hora extra, de adicional noturno e de adicional de periculosidade, proibição de sindicalização e de greve, exigência de dedicação exclusiva, disponibilidade permanente e boa condição física e, por necessidade da respectiva Força, alocação em qualquer região do país, a qualquer época do ano.

As Forças Armadas também contam com a atuação de servidores civis concursados de diversas áreas, como administração, saúde, magistério e ciência e tecnologia, entre outras. Além disso, utilizam força de trabalho civil contratada por tempo determinado para atividades específicas, como engenharia e construção.

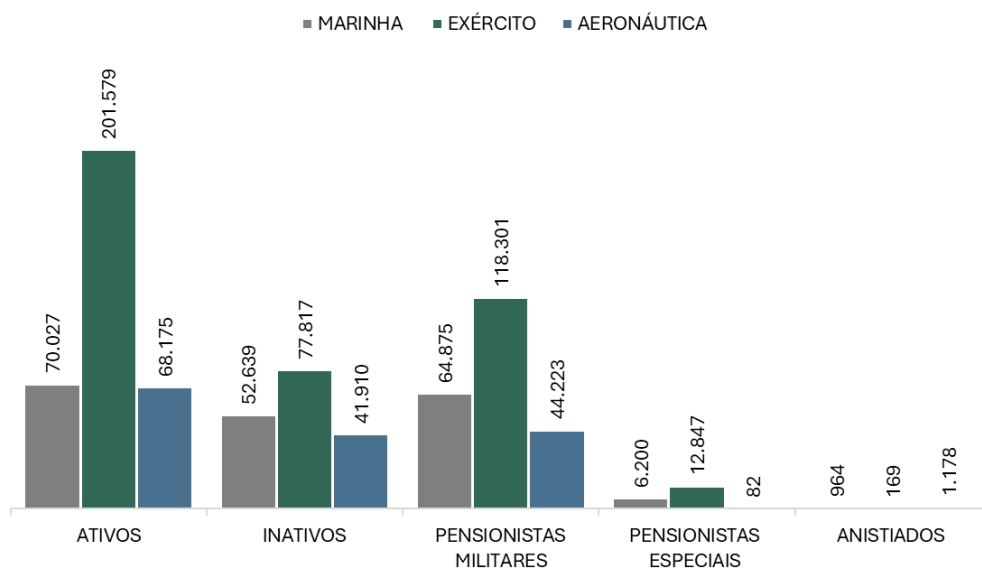
Os servidores públicos que trabalham no MD contribuem para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas a cargo da Pasta. Sua atuação é regida pela Lei nº 8.112, de 1990 e legislação correlata, e desempenham papel relevante para funcionamento harmônico e competente do Ministério.

Os militares e civis que trabalham no MD contribuem, de forma significativa, para que as Forças Armadas possam cumprir sua missão constitucional de defender a pátria e realizar ações subsidiárias em apoio ao desenvolvimento nacional e à defesa civil.

VISÃO GERAL DO QUADRO DE PESSOAL

As figuras a seguir apresentam a visão geral do quadro de pessoal das Forças Armadas, distribuído entre militares ativos, inativos, pensionistas militares, pensionistas especiais e anistiados, bem como a execução das despesas classificadas com Pessoal, em 2025, agrupadas por Comando e Ação Orçamentária.

Pessoal das Forças Armadas (Situação em 31/12/2025)



Fonte: SEPESD/MD.

FORÇA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

A força de trabalho do Ministério, exceto Forças, em 31/12/2025, era composta por 4.243 profissionais, cuja atuação conjunta assegura a continuidade da capacidade operacional da Pasta. Desse total, 1.990 eram militares (46,9%) e 2.253 eram agentes públicos civis (53,1%), distribuídos entre diferentes carreiras e vínculos funcionais que sustentam as atividades finalísticas e de suporte da instituição. Essa configuração, ao combinar efetivos civis e militares, reforça a flexibilidade organizacional necessária para atender às

Despesas com pessoal ativo, inativos e pensionistas, em 2025

R\$ milhões

COMANDO/ AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESPESA EMPENHADA
MD EXCETO COMANDOS	280,3
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	62,7
20TP - Ativos Civis da União	215,2
Demais Ações de Pessoal - GND 1	2,4
MARINHA	27.496,2
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	1.213,5
20TP - Ativos Civis da União	825,5
2867 - Ativos Militares das Forças Armadas	8.900,8
214H - Inativos Militares das Forças Armadas	9.401,3
0179 - Pensões Militares das Forças Armadas	6.734,4
Demais Ações de Pessoal - GND 1	420,7
EXÉRCITO	49.385,1
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	1.351,0
20TP - Ativos Civis da União	607,7
2867 - Ativos Militares das Forças Armadas	16.443,5
214H - Inativos Militares das Forças Armadas	15.621,7
0179 - Pensões Militares das Forças Armadas	15.054,5
Demais Ações de Pessoal - GND 1	306,7
AERONÁUTICA	23.231,8
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	1.327,2
20TP - Ativos Civis da União	478,8
2867 - Ativos Militares das Forças Armadas	7.538,6
214H - Inativos Militares das Forças Armadas	8.130,3
0179 - Pensões Militares das Forças Armadas	5.298,6
Demais Ações de Pessoal - GND 1	458,3
TOTAL MD	100.393,3

Fonte: SIOP, 27/01/2026.

demandas estratégicas e operacionais do Ministério, ao mesmo tempo em que demanda políticas integradas de gestão de pessoas. Assim, a distribuição por situação de vínculo evidencia a natureza híbrida do quadro, conforme detalhado abaixo, em número de pessoas:

É relevante aprofundar a análise do quadro funcional das unidades do MD nas quais o quantitativo de servidores civis é reduzido, uma vez que essa característica impõe desafios específicos à continuidade administrativa, à preservação do conhecimento institucional e à sustentabilidade da gestão.

A sede do Ministério da Defesa conta com um efetivo de **1.383 pessoas**, sendo **533 civis (38,5%)** e **850 militares (61,5%)**. Apesar da natureza estratégica e da complexidade das atividades administrativas, técnicas e de coordenação sob sua responsabilidade, o órgão não dispõe de carreira civil própria, operando majoritariamente com servidores cedidos de diferentes carreiras da Administração Pública Federal. Essa configuração intensifica o risco de descontinuidade administrativa, especialmente em áreas que demandam conhecimento acumulado e estabilidade organizacional. A rotatividade inerente ao regime militar impacta diretamente a memória institucional, reforçando a necessidade de fortalecimento de núcleos civis mais estáveis e de mecanismos formais de registro, governança e sucessão.

1.990	Militares requisitados	46,90%
2.253	Agentes públicos civis	53,10%
1.245	Servidores Públicos Civis – Ativo permanente	29,34%
377	Cedidos, exercício descentralizado, residência médica, dentre outros	8,89%
281	Agente público sem vínculo nomeado em cargo em comissão	6,62%
210	Estagiários	4,95%
140	Empregados públicos	3,30%
<i>Fonte: DEADI/MD.</i>		

A Escola Superior de Guerra e a Escola Superior de Defesa apresentam perfis institucionais e funcionais bastante semelhantes, ambas voltadas ao ensino, à formação e à reflexão estratégica dos quadros de pessoal. As duas unidades não dispõem de carreiras civis próprias. Em ambos os casos, observa-se uma forte predominância militar — **83,9% na ESG e 85,1% na ESD** —, coerente com suas missões finalísticas, mas que acarreta riscos relevantes associados à rotatividade. A substituição frequente de militares em áreas de suporte institucional pode comprometer a continuidade dos processos acadêmico-administrativos, fragilizar a memória organizacional e ampliar a dependência de núcleos civis reduzidos.

Já o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e o Hospital das Forças Armadas, estruturados sobretudo por carreiras civis estáveis, dispõem de maior capacidade de preservação de competências técnicas e operacionais ao longo do tempo. Assim, a distribuição por situação de vínculo evidencia a natureza híbrida do quadro, exigindo estratégias específicas de gestão de pessoas e mitigação de riscos adaptadas às características de cada unidade.

Uma alternativa que vem sendo adotada nas unidades sem quadro próprio é a alteração de exercício para compor a força de trabalho, com base no § 7º do [art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990](#), porém tais movimentações não são suficientes para suprir as necessidades técnicas específicas, bem como as de gestão do Ministério da Defesa.

Com a criação do cargo de Analistas Técnicos de Justiça e Defesa - ATJD, cuja entrada está prevista para o segundo semestre de 2026, o Ministério da Defesa terá pela primeira vez um núcleo civil próprio voltado à estabilidade administrativa, à profissionalização das rotinas e à consolidação de competências permanentes. A nova carreira permitirá reduzir vulnerabilidades estruturais hoje observadas nas unidades de predominância militar, ao fortalecer processos contínuos, ampliar a preservação do conhecimento institucional e diminuir os efeitos da rotatividade típica do efetivo militar. Além disso, possibilitará empregar militares altamente especializados em atividades mais diretamente relacionadas às competências de defesa, promovendo maior previsibilidade administrativa e melhor integração entre os segmentos civil e militar.

ENVELHECIMENTO DO QUADRO DE SERVIDORES CIVIS

A análise do quadro civil do MD, em 2025, evidencia a presença de **112 servidores** em abono de permanência, grupo composto majoritariamente por profissionais experientes que desempenham papel essencial no funcionamento administrativo, especialmente nas unidades com núcleos civis reduzidos, como a Escola Superior de Guerra e a Escola Superior de Defesa. Embora representem importante fonte de estabilidade e domínio técnico, a proximidade do desligamento funcional desses servidores gera riscos de perda de memória institucional, descontinuidade de processos e fragilização da capacidade administrativa. Nesse contexto, a entrada dos Analistas Técnicos de Justiça e Defesa contribuirá para mitigar tais vulnerabilidades ao reforçar a base civil permanente, promovendo uma transição planejada e fortalecendo a continuidade institucional no longo prazo.

DIVERSIDADE DOS CARGOS E FUNÇÕES COMISSONADAS EXECUTIVAS

Cor e raça

A análise da ocupação das funções comissionadas executivas sob o recorte racial evidencia um desempenho consistente quanto à participação de pessoas negras (pretas e pardas), em consonância com os parâmetros estabelecidos pelo [Decreto nº 11.443, de 2023](#). Do total de **597** nomeações e designações para cargos e funções analisadas em 2025, **257** são ocupadas por pessoas negras, correspondendo a **43,0%** do conjunto.

Nos cargos de **níveis 1 a 12**, classificados como de natureza operacional e tática, concentram-se **489** cargos e funções, das quais **230** são ocupadas por pessoas negras, o que representa **47,0%** do total. Esse resultado demonstra não apenas o cumprimento, mas a superação expressiva do parâmetro legal, indicando que os processos de provimento nesses níveis têm favorecido uma composição racial diversa e representativa, com impactos positivos para a legitimidade institucional e para a formação de uma reserva qualificada de lideranças.

Nos cargos de **níveis 13 a 17**, de caráter tático e estratégico, foram registradas **27 ocupações** por pessoas negras, correspondentes a **25,0% das 108 posições existentes**. Embora esse percentual se situe ligeiramente abaixo do parâmetro de referência, ele se mantém muito próximo do patamar estabelecido, indicando um nível relevante de representatividade nas posições de maior complexidade decisória. Considerada em conjunto com a elevada participação de pessoas negras nos níveis operacionais e táticos, essa configuração sinaliza um cenário favorável para avanços graduais e consistentes, à medida que trajetórias profissionais consolidadas ampliem a presença negra também nas instâncias estratégicas da organização.

Gênero

A análise das **597** nomeações e designações para cargos e funções comissionadas executivas no âmbito do MD indica um quadro geral equilibrado em termos de diversidade de gênero, com **mulheres ocupando 43,2% das posições**. Esse resultado sinaliza avanços consistentes na incorporação de diretrizes de inclusão na estrutura organizacional do Ministério.

No recorte dos cargos e funções de maior nível hierárquico, entre os níveis 13 e 17, a participação feminina alcança **20,4% do total**. Trata-se de um patamar relevante, que demonstra a presença de mulheres nos espaços decisórios e, ao mesmo tempo, evidencia a existência de um campo favorável para a adoção de ações adicionais voltadas ao fortalecimento da representatividade feminina nos níveis mais elevados de liderança.

Serviço Militar Feminino

O [Decreto nº 12.154, de 2024](#), que dispõe sobre o serviço militar inicial feminino, tornou possível o recrutamento, a incorporação e a prestação, de forma voluntária, às Forças Armadas para as mulheres. Em 2025, as jovens que completaram 18 anos realizaram o seu alistamento para a prestação do serviço militar em uma Organização Militar da Marinha, Exército ou Aeronáutica. Em 2025, 1.029.323 homens e 33.721 mulheres se alistaram para servir em 2026.

Idealizado pelo MD, o Serviço Militar Inicial Feminino disponibilizará 1.467 vagas, sendo 1.010 para o Exército, 300 para a Aeronáutica e 157 para a Marinha. O objetivo é que esse número seja expandido gradualmente nos próximos anos. As vagas estão distribuídas em 145 municípios de 21 estados, além do Distrito Federal. A iniciativa proporciona, durante o período de serviço, a oportunidade de atuação em diferentes áreas, favorecendo a aquisição de experiência profissional relevante. Em muitos casos, o ingresso representa o primeiro emprego formal e contribui para a definição de trajetória profissional. Após a fase de incorporação, será obrigatório cumprir o Serviço Militar Inicial por 12 meses.



PARA CONHECER MAIS:

Acompanhe processo de prestação do Serviço Militar Obrigatório e do Serviço Militar Inicial Feminino (SMIF)

**CLIQUE
AQUI**

PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

O Programa de Gestão e Desempenho no Ministério da Defesa foi instituído com base no [Decreto nº 11.072, de 2022](#) e regulamentado internamente pela [Portaria GM-MD nº 4.969, de 2024](#), que autoriza sua implementação para servidores civis, ocupantes de cargos em comissão, empregados públicos, contratados temporários e estagiários, excetuando-se militares da ativa, que seguem normativos próprios.

No conjunto, o Programa de Gestão e Desempenho no MD consolida-se como instrumento estratégico de modernização administrativa, contribuindo para a otimização de recursos, melhoria das entregas institucionais, valorização da força de trabalho, atração e retenção de talentos, além de favorecer práticas de trabalho mais flexíveis e alinhadas às necessidades contemporâneas da administração pública federal.

QUALIDADE DE VIDA

As ações voltadas à Qualidade de Vida no Trabalho passaram a ganhar maior centralidade na agenda institucional, tendo como marco relevante, ao final de 2025, a criação da Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho. A instituição dessa unidade sinaliza de forma concreta o reconhecimento, pelo MD, da importância estratégica do tema para a gestão de pessoas e para a sustentabilidade organizacional.

A Coordenação assumiu a atribuição de planejar, executar e monitorar iniciativas relacionadas à saúde física, mental e organizacional, em articulação com as áreas de Atenção à Saúde, Desenvolvimento de Pessoas e Gestão Administrativa. Como primeira ação estruturante, foi disponibilizada uma plataforma de saúde e bem-estar destinada a servidores civis e militares, ampliando o acesso a serviços de promoção da saúde, prevenção de doenças crônicas, apoio psicossocial e estímulo a hábitos de vida saudáveis, fortalecendo uma abordagem de cuidado integral no ambiente de trabalho.

AÇÕES E ESTRATÉGIAS PRIORITÁRIAS

A partir do diagnóstico da situação da gestão de pessoas, foram identificadas iniciativas prospectivas a serem consideradas no planejamento institucional dos próximos ciclos e que representam alternativas estratégicas voltadas à superação dos desafios identificados e à proposição de soluções estruturantes para o aprimoramento da gestão de pessoas no órgão. As ações e estratégias prioritárias estão organizadas em três eixos centrais, assim descritos:

- O primeiro refere-se ao planejamento da força de trabalho. Nesse âmbito, destaca-se a necessidade de mapear cargos e atividades críticas, bem como identificar riscos associados à distribuição etária da força de trabalho.
- O segundo eixo abrange o desenvolvimento e a capacitação, com foco na consolidação de trilhas transversais, e trilhas gerenciais. Essas trilhas devem considerar as especificidades de civis e militares requisitados, reconhecendo suas diferentes trajetórias e necessidades formativas.
- O terceiro eixo trata da equidade e inclusão, orientado à definição de estratégias de diversidade, especialmente nos recortes de gênero e raça. Esse esforço envolve também a promoção de lideranças diversas e a adoção de métricas de progressão que permitam monitorar resultados, fortalecendo uma cultura institucional mais inclusiva e representativa.

4.4. PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES

O militar das Forças Armadas possui uma profissão singular, definida no art. 142 da Constituição Federal, que demanda não apenas habilidades técnicas e físicas, mas também profundo compromisso com a sociedade, a democracia, os poderes constitucionais e a defesa nacional. Enfrenta desafios únicos e situações que exigem, além de coragem, liderança e dedicação, conhecimento técnico altamente especializado, de difícil e custosa obtenção. Essas peculiaridades, próprias das carreiras militares, acarretam necessidades e servidões específicas, tanto para os militares quanto para suas famílias.

Em consequência, o regime jurídico distinto que rege os militares das Forças Armadas atende às especificidades das atividades militares e visa a mitigar as desvantagens impostas a esses profissionais pelas particularidades das carreiras militares. A supressão de certos direitos sociais, justificada pelas características especiais da profissão, deve ser acompanhada de ajustes que garantam aos homens e mulheres integrantes das Forças Armadas o direito à dignidade.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 e outras normas infraconstitucionais buscam amparar tanto o militar profissional quanto seus dependentes, delineando o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas como uma forma de assegurar a dignidade e o bem-estar dessas pessoas.

SPSMFA é o conjunto integrado de instrumentos legais, direitos, serviços e ações afirmativas, permanentes e interativas, de remuneração, pensão, saúde e assistência integrada ao pessoal, que visam assegurar o amparo e a dignidade aos militares das Forças Armadas e seus dependentes, haja vista as peculiaridades da profissão militar, nos termos da Lei nº 6.880, de 1980¹, e das regulamentações específicas².

O SPSMFA **não é um regime previdenciário**, mas sim um **Programa Estatal de Natureza Atuarial**, conforme jurisprudência firmada pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 684/2022 – TCU – Plenário.

(1) Art. 50-A da Lei nº 6.880, de 1980, o Estatuto dos Militares.

(2) Lei nº 3.765, de 1960, a Lei de Pensões Militares, e outras normas.

Cabe ressaltar que o SPSMFA sofreu reformas no ano 2000 e 2019 que implicaram extinção de direitos, bem como houve a implementação de contribuições e aumento do tempo de serviço, conforme o quadro abaixo demonstra:

Reformas no Sistema de Proteção Social dos Militares

Em 2019

Por meio da Lei nº 13.954, de 2019, foram implementadas as seguintes modificações:

- aumento da contribuição para a pensão militar de 7,5% para 10,5%;
- universalização da contribuição para a pensão militar, incluindo mais de 300 mil contribuintes, na condição de pensionistas, soldados recrutas e alunos de estabelecimentos de ensino;
- aumento do tempo de serviço necessário para passagem a pedido para a reserva remunerada de 30 para 35 anos;
- estabelecimento do tempo mínimo de 30 anos de exercício de atividade de natureza militar, nas Forças Armadas, para o direito de passagem a pedido para a reserva remunerada;
- redução do rol de dependentes do militar;
- aumento das idades limites em cada posto ou graduação;
- estabelecimento do conceito legal do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas; e
- explicitação de que o custeio dos proventos dos inativos é encargo do Tesouro Nacional e de que o custeio das pensões militares é realizado por meio das contribuições dos militares das Forças Armadas e de seus pensionistas e complementado com recursos do Tesouro Nacional.

Em 2000

Por intermédio da **Medida Provisória nº 2.131, de 2000** (revogada e reeditada pela **Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001**) foram extintos:

- os proventos do posto ou graduação superior ao passar para a inatividade;
- o direito a contribuir para aumentar a pensão militar de um ou dois postos acima;
- a licença especial (seis meses) a cada 10 anos de serviço;
- o direito a acumular duas pensões militares;
- o adicional de tempo de serviço;
- o auxílio-moradia;
- a contagem de tempo em dobro, para efeito de passagem para a inatividade, das licenças especiais não gozadas; e
- a pensão vitalícia para as filhas maiores e não inválidas.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DO SPSMFA

Por ser um Programa Estatal de Natureza Atuarial, o SPSMFA é anualmente auditado pelo TCU, sob o aspecto atuarial, em sua avaliação das demonstrações contábeis do MD, com vistas a subsidiar a elaboração do relatório e parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Presidente da República no Balanço Geral da União.

Em decorrência da avaliação das demonstrações contábeis consolidadas do MD e das Forças Armadas, realizada no exercício financeiro de 2024, foi exarado pelo TCU o Acórdão TCU-Plenário nº 1.125/2025, que buscou aprimorar as Notas Explicativas referentes às Demonstrações Contábeis Consolidadas, buscando uma divulgação completa e transparente das informações sobre o passivo atuarial do SPSMFA, bem como tratando de forma complementar as recomendações em monitoramento dos Acórdãos TCU-Plenário de números 1460/2024 e 1.464/2022.

As recomendações estão tratadas nas informações das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras, objetivando:

- Identificar e corrigir divergências relevantes entre saldos do fluxo atuarial e o saldo da provisão calculada por comutação atuarial;
- Ajustar a rotina contábil;
- Avaliar a viabilidade de calcular o fluxo atuarial ano a ano, por indivíduo;
- Avaliar a qualidade das informações, principalmente dos dados cadastrais e de remuneração, buscando assegurar a qualidade da informação contábil; e
- Aprimorar a divulgação da informação das Demonstrações Contábeis nas Notas Explicativas, a fim de trazer maior transparência e maximizar a sua qualidade, inclusive no que se refere a adoção de medidas necessárias para melhor divulgação.

Em 2025, o Ministério da Defesa e os Comandos Militares levantaram requisitos técnicos para formalizar Termo de Compromisso Conjunto junto ao Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha do Brasil, tendo como finalidades atender as deliberações dos arestos mencionados e aperfeiçoar o processo de avaliação atuarial do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas.

PARA CONHECER MAIS:

Acompanhe as provisões atuariais das Forças Armadas por meio das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do MD referentes a 2025.

**CLIQUE
AQUI**



5 Glossário



GLOSSÁRIO

ABREVIACIONES E SIGLAS

TERMO	SIGNIFICADO
AH	Análise Horizontal. "A finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultados (bem como outros demonstrativos) através de períodos, a fim de caracterizar tendências" (SOUZA, Rodrigo Paiva. Análise Horizontal e Vertical. São Paulo – Faculdade FIPECAFI. 2023)
CG-MD	Comitê de Governança do Ministério da Defesa
CTU	Conta Única
DPCN	Departamento do Programa Calha Norte
EB	Exército Brasileiro
ESD	Escola Superior de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
GND	Grupo de Natureza de Despesa
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MD	Ministério da Defesa
NIB	Nova Indústria Brasil
PAAR	Programa Atletas de Alto Rendimento
PCN	Programa Calha Norte
PJP	Programa João do Pulo
PND	Política Nacional de Defesa
PNM	Programa Nuclear da Marinha
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PROFESP	Programa Forças no Esporte
SEPEDS	Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais
SG	Secretaria-Geral
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União

SPSMFA	Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva